



CENTRO DE ESTUDO SUPERIOR DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA- FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

**OS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: Olhares dos professores do Centro de
Educação Infantil A “Mão Cooperadora II”, Itaituba-
PA.**

IRANILDE DE SOUSA SOARES

IRANILDE DE SOUSA SOARES

**OS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: Olhares dos professores do Centro de
Educação Infantil A “Mão Cooperadora II”, Itaituba-
PA.**

Monografia de Graduação do Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia apresentada à Faculdade de
Itaituba para obtenção do título Licenciada Plena em
Pedagogia.

Orientador: Prof. Dhemesbraene Soares da Silva,
Esp.



FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
Autorizado e credenciado – Portaria MEC Nº 2557 de 15/09/2003.
Av. Dr. Governador Fernando Guilhon, 895.
Jardim das Araras – Itaituba - Pará.
Site: www.unifait.edu.br/ E-mail: fai@unifait.edu.br

Acadêmica: IRANILDE DE SOUSA SOARES

**TÍTULO: OS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
Olhares dos professores do Centro de Educação Infantil A “Mão
Cooperadora II”, Itaituba-PA.**

Monografia de Graduação do Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia apresentada à Faculdade de
Itaituba para obtenção do título Licenciada Plena em
Pedagogia.

Orientador: Prof. Dhemesbraene Soares da Silva,
Esp.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____
Prof. Dr. Francisco Cláudio de Sousa Silva

Orientador: _____ Nota: _____
Prof. Esp. Dhemesbraene Soares da Silva

Avaliadora: _____ Nota: _____
Prof.^a Esp. Lucia Maria Costa Cruz

Resultado: _____ Média: _____

Data: ___/___/____.

Dedico a este Trabalho de Conclusão de Curso às crianças e professores do Centro Infantil. Às minhas filhas com o mais fraterno amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar, pela força interior que nos motiva a acreditar em um futuro melhor.

Aos meus amigos pelas dificuldades encontradas e ao mesmo tempo superadas no decorrer do curso.

Aos meus familiares por entenderem nossas ausências nos períodos de curso.

Aos meus professores, em especial ao meu Orientador Especialista Dhemesbraene Soares da Silva, pelas orientações necessárias, suas ponderações foram importantes para que eu conseguisse concluir o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, com sucesso.

Aos professores do Centro Infantil, que a prática do lúdico seja uma proposta permanente em suas mediações de ensino-aprendizagem no ensino infantil.

A todos, o meu muito obrigado!

A Educação Infantil, por inteiro, é quando a criança recebe as influências socializadoras dos demais seres humanos com os quais estabelece relações, através de um ambiente acolhedor, rico em oportunidade de experiências e com as interações positivas.

(MALUF, 2008: 13)

SOARES, Iranilde de Sousa. OS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Olhares dos professores do Centro de Educação Infantil A “Mão Cooperadora II”, Itaituba-PA. Monografia de Licenciatura Plena em Pedagogia da Faculdade de Itaituba – FAI, Itaituba – Pará. 2017.

RESUMO

A presente pesquisa teve como principal proposta verificar se as metodologias utilizadas em salas de aula pelos profissionais da educação infantil estão sendo mediadas, a partir de uma proposta lúdica. A abordagem do estudo é qualitativa, pois, tem a finalidade de interpretar o fenômeno em contexto. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, uma vez que foi feito o levantamento teórico sobre o tema. Os dados foram coletados por meios de questionários semiestruturados aplicados através de entrevista. Os sujeitos da pesquisa foram doze (12) professores do Centro de Educação Infantil a Mão Cooperadora II, localizado no município de Itaituba – PA. O resultado do trabalho mostrou que os professores utilizam em seu recurso didático-mitológico a prática do lúdico, porém com algumas implicações no que se refere a compreensão dos pais sobre as atividades utilizadas no ano letivo. Concluiu-se que os profissionais do Centro necessitam informar a família da importância das atividades lúdicas para o desenvolvimento cognitivo, físico e sociocultural das crianças.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil, lúdico, crianças e família.

LISTA DE SIGLAS

CF- Constituição Federal

CNE- Conselho Nacional de Educação

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

LBD- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC- Ministério da Educação

PDDE- Programa Dinheiro Direto na Escola

PNE- Plano Nacional de Educação

PPP- Projeto Político Pedagógico

RCNEI- Referencial Curricular Nacional da Educação infantil

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01:	Escola e a prática do lúdico?.....	55
QUADRO 02:	O Centro Infantil e o desenvolvimento das práticas lúdicas?.....	56
QUADRO 03:	Organização e Planejamento das atividades lúdicas?.....	57
QUADRO 04:	Como você considera o desempenho das crianças em relação as práticas pedagógicas?.....	58
QUADRO 05:	A ludicidade e a mediação de aprendizagem?.....	59
QUADRO 06:	O apoio do Centro e o desenvolvimento do lúdico?.....	60
QUADRO 07:	A avaliação a partir da prática lúdica?.....	61
QUADRO 08:	Como o educando desenvolve aprendizagem?.....	62
QUADRO 09:	A causa da ausência da ludicidade em sala de aula?.....	63
QUADRO 10:	A compreensão dos pais sobre a mediação ensino-aprendizagem e o envolvimento da ludicidade.....	64
QUADRO 11:	O interesse dos alunos com a ludicidade presente nas aulas.....	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	12
1.1 O SIGNIFICADO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	12
1.2 LEGISLAÇÕES QUE AMPARAM A EDUCAÇÃO INFANTIL.....	18
1.3 O PERFIL DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	24
1.4 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INFANTIL..	29
2 OS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	36
2.1 A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	36
2.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	38
2.3 O COMPORTAMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	42
2.4 O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA ATRAVÉS DE JOGOS INFANTIS.....	46
3 OS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: OLHARES DOS PROFESSORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL A “MÃO COOPERADORA II”, ITAITUBA-PA	51
3.1 METODOLOGIAS ADOTADAS DA PESQUISA.....	51
3.2 CARACTERIZAÇÕES DA ESCOLA.....	52
3.3 RESULTADOS DA PESQUISA.....	54
3.4 PROPOSTAS.....	66
CONCLUSÃO	68
BIBLIOGRAFIAS	70
APENDICE	74

INTRODUÇÃO

O objetivo desse Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, foi o de verificar se as metodologias utilizadas em salas de aula pelos profissionais da educação infantil estão sendo mediadas, a partir de uma proposta lúdica.

Percebe-se que nos dias atuais, alguns professores, mesmo com uma formação de nível superior, ainda procuram desenvolver o ensino aprendizagem através de métodos tradicionalistas, enquanto outros educadores acreditam e desenvolvem o ensino aprendizagem por meio de jogos e brincadeiras. Assim, é possível afirmar que no cotidiano escolar ainda são poucos os profissionais que atuam de forma adequada dentro do âmbito escolar quando se trata da ludicidade.

Aprendemos a partir de diferentes estudos que educação ligada às práticas pedagógicas diz respeito à formação emancipatória dos sujeitos. Nesse sentido as brincadeiras é uma palavra diretamente ligada à infância e às crianças. Dessa forma, as brincadeiras estão entre as atividades frequentemente avaliadas por nós como sujeitos que em algum tempo já utilizou as brincadeiras como meio interacional de aquisição social e cultural. Portanto, não há como considerar que as práticas lúdicas devem ser pensadas e praticadas sempre, principalmente quando nos referimos à infância, crianças e ensino-aprendizagem nos centros infantis.

Como questões norteadoras foram levantadas as seguintes questões problematizadoras: Qual a principal causa da ausência da ludicidade por alguns professores em sala de aula? O que o educando tem a dizer sobre atividades desenvolvidas em salas de aula através dos jogos e brincadeiras? Os pais acreditam no aprendizado dos filhos na escola através das ludicidade?

A abordagem do estudo é qualitativa, pois, tem a finalidade de interpretar o fenômeno em contexto. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, uma vez que foi feito o levantamento teórico sobre o tema. Como sustentação e fundamentação teórica dos principais conceitos e ideias expostas neste estudo, foram utilizadas as principais ideias e argumentações dos referidos autores: BARRETO (1994), FREIRE (1999), FRIEDMANN (1996), KISHIMOTO (1999; 2008) e LEITE (2011), dentre outros.

Os dados foram coletados por meios de questionários semiestruturados aplicados através de entrevista para doze (12) professores. Na coleta de dado

utilizaram-se questionários com perguntas abertas e fechadas. Dando sequência foram feitas visitas constantes ao Centro, com a proposição de observar as práticas lúdicas aplicadas pelos docentes. Sequencialmente buscaram-se algumas informações na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, através da Coordenação de Educação Infantil foi verificado o número de escolas e profissionais que atuam no nível de ensino.

Este Trabalho de Conclusão de Curso – TCC encontra-se estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo faz uma discussão sobre o contexto histórico da Educação Infantil, a Legislação e O Perfil do Educador; o segundo traz como bojo discursivo Os Jogos e as Brincadeiras na Educação Infantil; e o terceiro faz uma análise/reflexiva sobre os principais resultados encontrados na pesquisa.

1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

1.1 O SIGNIFICADO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A escola, para grande parte das crianças brasileiras, é o único espaço de acesso aos conhecimentos universais e sistematizados socialmente, ou seja, é o lugar que pode lhes proporcionar condições de se desenvolver e de se tornar cidadãos, alguém com identidade social e cultural. Pensar em educação infantil no Brasil é projetar e realizar a construção de base necessária ao caminho do desenvolvimento da nossa sociedade. É, portanto, um desafio é como tal, é preciso acreditar e lutar.

A Educação Infantil deve ser entendida em um amplo sentido, pois ela pode englobar todas as modalidades educativas vividas pelas crianças pequenas na família e na comunidade, antes mesmo de atingirem a idade da escolaridade obrigatória. Diz respeito tanto à educação familiar e a convivência comunitária como a educação recebida em instituições específicas (PROINFANTIL, 2005). Dessa forma, é nos diferentes espaços sócio educacionais e socioculturais, que as crianças vão cada vez mais interagir, a fim estimular diferentes aprendizagens. Assim, é possível também afirmar que é na família que ocorre as primeiras manifestações de aprendizagem, posteriori a escola propicia o conhecimento sistematizado e formal. Segundo KUHLMANN JUNIOR, (2010: 38):

Pode-se falar da Educação Infantil em um sentido bastante amplo, envolvendo toda e qualquer forma de educação da criança na família, na comunidade, na sociedade e na cultura em que viva. Mas há outro significado, mais preciso e limitado, consagrado na Constituição Federal de 1988, que refere à modalidade específica das instituições educacionais para a criança pequena, de 0 a 6 anos de idade. Estas instituições surgem durante a primeira metade do século XIX, em vários Países do Continente Europeu, como parte de uma série de iniciativas reguladoras da vida social, que envolvem a crescente industrialização e urbanização. (KUHLMANN JUNIOR, 2010: 38).

A história da educação infantil no Brasil não é diferente dos outros lugares do mundo acontece de acordo com o cenário político e econômico da época com isso existe muitas semelhanças, porém particularidades.

A história da educação infantil é fundamental para que se entenda a educação atual, pois a educação é ao mesmo tempo pedaços do passado e

preparação à educação do futuro, com a forma de ensinar e aprender. Ela é fundamental para a transmissão dos valores das sociedades. Considerando que os primeiros anos de vida são de suma importância para o desenvolvimento subsequente da criança, fica mais do que evidente a relevância e o papel da educação pré-escolar na formação integral do indivíduo para uma sociedade em contínua mudança.

No Brasil, até os meados do século XIX o atendimento a crianças de 0 a 6 anos em instituições como creches praticamente não existia, devido à estrutura familiar da época moldada tradicionalmente, onde o pai de família buscava o sustento enquanto a mãe cuidava dos filhos. Do ponto de vista histórico, a educação da criança esteve sobre responsabilidade exclusiva da família durante século, aprendia no convívio com os adultos e com outras crianças as tradicionais normas e regras de sua cultura. Vista que na sociedade contemporânea, por sua vez, a criança tem oportunidade de frequentar um ambiente de socialização.

As funções das instituições que cuidavam de crianças foram evidenciadas após a primeira guerra mundial com o aumento do número de órfãos e a deterioração ambiental. Surgiu nesta época um maior interesse na educação infantil principalmente por parte dos médicos que começaram a utilizar de materiais por eles confeccionados para desenvolver atividades educativas como, por exemplo, a médica psiquiatra italiana Maria Montessori (1879-1952).

[...] Maria Montessori incluiu-se também na lista dos principais construtores de propostas sistematizadas para a educação infantil no século XX. Tendo sido encarregada da seção de crianças com deficiência mental em uma clínica psiquiátrica de Roma, produziu uma metodologia de ensino com base nos estudos médicos de Itard e Séguin, que haviam proposto o uso de materiais apropriados como recursos materiais (OLIVEIRA, 2002:74).

A partir do século XX, a infância ganha novas concepções e preocupações com relação aos valores sociais produzidos no embate de problemas políticos e econômicos. Diante disso houve nesta época, diversas e valiosas contribuições para a educação infantil como as de Vygotsky, Piaget, Freinet, entre outros. Após a Segunda Guerra Mundial surgiram novos estudos abordando a preocupação com a situação social da infância e a ideia da criança como portadora de direitos.

É importante ressaltar que, ao longo das décadas, arranjos alternativos foram se constituindo no sentido de atender às crianças menos favorecidas. Uma das

instituições brasileiras mais duradouras de atendimento à infância, que teve seu início antes da criação das creches, foi à roda dos expostos ou rodas dos excluídos. Esse nome provém do dispositivo onde se colocavam os bebês abandonados e era composto por uma forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória e fixado na janela da instituição ou das casas de misericórdia. Assim, a criança era colocada no tabuleiro pela mãe ou qualquer outra pessoa da família; essa, ao girar a roda, puxava uma corda para avisar a rodeira que um bebê acabava de ser abandonado, retirando-se do local e preservando sua identidade.

Por mais de um século a roda de exposto foi à única instituição de assistência à criança abandonada no Brasil e apesar dos movimentos contrários a essa instituição por parte de um segmento da sociedade, foi somente no século XX, já em meados de 1950, que o Brasil efetivamente extinguiu-a sendo o último País a acabar com o sistema da roda dos enjeitados (MARCÍLIO, 1997: 51-76).

Do período colonial até o início do século XX pouco se fez, no Brasil, em defesa das crianças que viviam na pobreza. Nesse período, foi criado o Instituto de Proteção à Infância do Rio de Janeiro pelo médico Arthur Moncorvo Filho, que tinha como objetivos não só atender as mães grávidas pobres, mas dar assistência aos recém-nascidos, distribuição de leite, consulta de lactante, vacinação e higiene dos bebês.

O Instituto de Proteção e Assistência à infância foi considerado uma das entidades mais importantes criadas por Moncorvo além da criação do Departamento da criança no ano de 1919, que tinha como objetivo não só fiscalizar as instituições de atendimento à criança, mas combater o trabalho das mães voluntárias que cuidavam, de maneira precária, dos filhos das trabalhadoras, (KUHLMANN JUNIOR, 2010: 38).

Visto num sentido mais restrito a Educação Infantil designa a frequência regular a um estabelecimento educativo exterior ao domicílio, ou seja, trata-se do período de vida escolar em que se atendem pedagogicamente crianças entre zero e cinco anos de idade no Brasil, lembrando que nessa faixa etária as crianças ainda não estão submetidas à obrigatoriedade escolar. A Constituição de 1988 define de forma clara a responsabilidade do Estado para com a educação das crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas, sendo entendida como educação não obrigatória e compartilhada com a família (art. 280, inciso IV).

Após a proclamação da república houve um investimento na educação, porém voltado para o ensino primário. Somente com o processo de urbanização brasileira e conseqüentemente com a industrialização surgiu à necessidade de atendimento as crianças. Com as chegadas das fábricas houve uma mudança na estrutura da família tradicional brasileira, as mulheres saíram de casa para trabalhar nas indústrias, o que acarretou na busca de atendimento as crianças. Inicialmente, as crianças eram acolhidas por caridade pelas mulheres que não trabalhavam e se dispunham a cuidar das crianças de outras famílias ou no acolhimento de parentes. Portanto, foi o desenvolvimento da tecnologia e a busca da mulher pelo mercado de trabalho que acarretaram grandes mudanças nas concepções sobre a criança e sua educação, a necessidade de buscar novas alternativas para cuidar das crianças fez com que a atenção voltada para as mesmas fosse analisada. Posteriormente, a partir da organização de movimentos e sindicatos de operários foi reivindicando inicialmente aos empresários e, posteriormente ao governo instituições como creches e pré-escolas.

O grande impacto ocasionado pela revolução industrial fez com que toda a classe operária se submetesse ao regime da fábrica e das máquinas. Dessa maneira, essa revolução possibilitou a entrada em massa da mulher no mercado de trabalho, alterando a forma de a família cuidar e educar seus filhos. O fato de o filho da operária estar sendo atendido em instituições montadas pelas fábricas passou, até, a ser reconhecida por alguns empresários como algo vantajoso, por provocar um aumento de produção por parte das mães trabalhadoras.

Com isso houve à necessidade de inaugurar instituições voltadas para o atendimento de crianças, porém o caráter era puramente assistencial. No entanto Havia preocupação com a organização espacial e com a saúde da criança, não havia um trabalho de cunho pedagógico, e sim assistencial, ou seja, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. No entanto a educação permanecia assunto de família.

Educar crianças com pouca idade não é dar alimento e tomar os cuidados necessários. Junto com carinho e cuidados higiênicos é fundamental que as crianças pequenas recebam estímulos que desenvolvam seus sentidos e posteriormente sua intelectualidade.

[...] Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operários de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentação a criança. A educação permanecia assunto de família. Essa origem determinou a associação creche, criança pobre e o caráter assistencial da creche (DIDONET, 2001:13).

É importante ressaltar que, em décadas passadas as políticas públicas para a educação infantil se caracterizavam por projetos assistencialistas, ou seja, longe de ações que viesse a valorizar a educação. No entanto, a educação infantil passa a ser entendida não mais como assistência e caridade para as crianças pobres, mas, sim, com um espaço educacional de formação para cidadania.

Surgiram as primeiras regulamentações após o ano de 1922, sobre o atendimento a criança e surgindo um movimento de renovação pré-escolar, porém, os estudos da época eram voltados para as crianças das classes economicamente mais favorecidas. Desta forma, o atendimento à criança no Brasil desde a sua origem foi marcado pelas desigualdades sociais entre as crianças carentes e despossuído.

Na década de 40 prosperavam iniciativas governamentais na área, portanto o atendimento à criança era voltado à saúde e filantropia. Havia nesta época o que perdurou até meados do século XX. Atendimento para crianças em creches, parques infantis, escolas maternais, jardim de infância e classes pré-primárias, sabe-se que o ingresso da mulher ao trabalho só aumentou, com isso a procura por instituições de atendimento as crianças também aumentou, principalmente por período integral. (KULMANN JUNIOR. 2010:77).

A primeira creche do País surgiu ao lado da fabrica de tecidos Corcovado, no ano de 1899, no Rio de Janeiro. No mesmo ano, o Instituto de Proteção e Assistência a Infância do Rio de Janeiro deu início a uma rede assistencial que se espalhou por muitos lugares do Brasil. Sabe-se que surgiram novos jardins-de infância e cursos para formar seus professores, mas nenhum deles voltado ao atendimento prioritário das crianças das camadas populares, (OLIVEIRA, 2002:120).

Foram vividos momentos intensamente significativos da história do nosso País, lutas por creches possibilitaram a conquista e o reconhecimento da educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino. As creches apareciam como um resultado, como um símbolo concreto dessas lutas, passando assim a ser um sinônimo de conquista.

O atendimento em creches e pré-escolas como direito social das crianças se afirma na constituição de 1988, com o reconhecimento da educação. O processo que resultou nessa conquista teve ampla participação dos movimentos comunitários, dos movimentos de mulheres, dos movimentos de trabalhadores, dos movimentos de redemocratização do País, além, evidentemente, das lutas dos próprios profissionais da educação.

A partir das ideias acima expostas é possível destacar que, a educação infantil, a partir das conquistas adquiridas através de muitas lutas, como já foi citada anteriormente, ganha um novo perfil no cenário da educação brasileira. Atualmente, sabe-se, que os ambientes escolares, creches e/ou qualquer que seja a instituição que atenda a demanda infantil, deve prioritariamente valorizar e cumprir os parâmetros legais, os quais amparam legalmente o direito pleno da criança. Na perspectiva atual, o trabalho pedagógico, tem por objetivo atender as necessidades específicas e individuais e/ou coletivas de cada criança, nesse sentido, é importante ressaltar que:

Lutas pela democratização da escola pública, somadas a pressões de movimentos feministas e de movimentos sociais de lutas por creches, possibilitando a conquista, na constituição de 1988, do reconhecimento da educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino (OLIVEIRA, 2002: 115).

A partir do final do século XX, a criança passa a ser vista como um sujeito de direitos, situado historicamente e que precisa ter supridos os seus cuidados essenciais: físicos, cognitivos, psicológicos, emocionais e sociais, caracterizando desse modo um atendimento integral e integrado a todas as crianças. Elas devem ter todas as suas dimensões respeitadas, visto que, segundo FRABBONI, (1998: 68): A etapa histórica que estamos vivendo, fortemente marcada pela “transformação” tecnológico-científica e pela mudança ético-social, cumpre todos os requisitos para tornar efetiva a conquista do salto na educação da criança, legitimando-a finalmente como figura social, como sujeito de direitos enquanto sujeito social.

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal coletiva, brinca, imagina, , deseja , fantasia, observa, narra, aprende, experimenta, questiona e constrói sentimentos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010: 12)

A maneira como a infância é concebida na contemporaneidade é reforçada pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998: 21), ao destacar que “as crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um sujeito muito próprio”. Sendo assim, durante o processo de construção do conhecimento deve-se considerar a criança em sua integralidade, onde valores e diferentes aspectos, com envolvimento ao respeito e valorização a infância na qual é compreendido como alguém atuante, que possui uma cultura, um sujeito próprio de ser.

Essas mudanças de paradigma passam reconhecê-la como produtora não somente produto a ser formado. A concepção ou visão de criança vem mudando muito ao longo da história. Se antes a criança era percebida apenas a partir de uma visão de preparação para vir a ser alguém no futuro, hoje a criança vem sendo entendida como um sujeito de direitos: um indivíduo com conhecimento e necessidades próprias, que pensa criativamente, que tem desejos, que sofre que sonha.

Nesse sentido, verifica-se um grande avanço da legislação no que diz respeito aos direitos da criança pequena, uma vez que a educação infantil, sendo considerada a primeira etapa da Educação Básica, tem como objetivo proporcionar subsídios para o desenvolvimento e bem-estar infantil.

1.2 LEGISLAÇÕES QUE AMPARAM A EDUCAÇÃO INFANTIL.

A partir da Constituição de 1988, que a Educação Infantil pela primeira vez na história do Brasil reconheceu um direito próprio da criança pequena; o direito à creche e a pré-escola. A partir daí, tanto a creche quanto a pré-escola são incluídas na política educacional, seguindo uma concepção pedagógica e não mais assistencialista.

Além da Constituição Federal de 1988 (CF), do estatuto da criança e do adolescente de 1990 (ECA), destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB), que, ao tratar da composição dos níveis escolares, inseriu a educação infantil como primeira etapa da Educação Básica. Essa Lei define que a finalidade da Educação Infantil é promover o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996: 26).

Sabe-se que, houve um grande avanço no que diz respeito aos direitos da criança pequena, uma vez que a educação infantil, além de ser considerada a primeira etapa da Educação Básica, é um direito da criança e tem o objetivo de proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento do bem-estar infantil. A Educação Infantil é a base para que o indivíduo se torne um cidadão conceituado na sociedade, pois é nessa fase que se constrói seu conhecimento promovendo o desenvolvimento, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

A Lei das Diretrizes Bases da Educação Nacional-LDB (Lei 9394/96) denomina a instituição educacional que atende as crianças de 0 a 3 anos de creche, e a instituição que atende crianças de 4 a 5 anos de idade de pré-escola. De acordo com a Lei numero 11.274, de seis de fevereiro de 2006, o ensino fundamental passa a ser de nove anos de duração e não mais de oito, com isso as crianças de seis anos de idade deverão entrar obrigatoriamente no ensino fundamental e não mais na pré-escola. A LDB nos artigos. 29 a 31.

A Educação Infantil é conceituada como a primeira etapa da Educação Básica e tem com finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico e social, completamente a ação da família e da comunidade.

A Educação Infantil será oferecida em creches para crianças de até três anos de idade e em pré-escolas para crianças de quatro a cinco anos de idade.

Na Educação Infantil a avaliação será feita mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção mesmo para acesso ao Ensino Fundamental. (BRASIL-LDB 9394/96).

De acordo com a citação cabe aos Estados e Municípios cumprir o amparo legal do que estabelece a Lei, veja que ao definir: “A Educação Infantil é conceituada como a primeira etapa da Educação Básica e tem com finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico e social, completamente a ação da família e da comunidade”. Enfatiza-se, que o compromisso não é somente da escola, nota-se que a família é outro segmento importante na promoção também do cumprimento dos direitos das crianças. Cabe a esta zelar pelo direito e permanências das crianças nos ambientes escolares.

Desde 2010, com a aprovação da resolução CNE/CEB nº 1, de 14 de janeiro de 2010, do CNE pelo então ministro da Educação Fernando Haddad, as crianças com 6 anos completos até o dia 31 de março devem ser matriculadas no primeiro ano. Quem fizer seis anos depois dessa data de corte ainda permanecerá no Ensino

Infantil. Nesse sentido a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 – altera a LDB e amplia o Ensino Fundamental para nove anos de duração, com a matrícula de crianças de seis anos de idade e estabelece prazo de implantação, pelos sistemas, até 2010.

Apesar da resolução, crianças de cinco anos que já tinham cursado dois anos da pré-escola puderam entrar no Ensino Fundamental de nove anos em 2010, já que essa determinação entrou em vigor a partir daquele ano, que serviu como período de transição. O objetivo dessa medida era evitar que as crianças fossem obrigadas a repetir algum ano da Educação Infantil porque não tinham a idade mínima para o 1º ano. "Não tem cabimento deixar quem já está na escola ficar retido", afirma Cesar Callegari, ex-presidente da Câmara de Educação Básica do CNE.

A Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera a LDB n. 9394/96, diz que as crianças com 4 anos devem ser matriculadas na Educação Infantil. Com isso, a Educação Infantil passa a fazer parte da Educação Básica e, em função disso, terá que se organizar de outra forma. No que se refere a Frequência, não era uma exigência, mas agora é. A criança deverá frequentar 60% do total de horas. De modo que a escola de Educação Infantil terá que sistematizar o controle de frequência a partir de agora.

Desta forma, o Calendário Escolar deve cumprir uma carga horária mínima de 800 horas e no mínimo 200 dias letivos, como já ocorre no ensino fundamental e médio. Assim, o período para o turno parcial 4 horas no mínimo e 7 h para período integral. Ainda no aspecto didático, metodológico-pedagógico a criança será avaliada, mas a recomendação é a da não retenção. As avaliações deverão ocorrer mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (BRASIL, MEC, 2009).

A ideia fundamental que deve permear as propostas de educação infantil é a de que se ofereçam condições materiais, pedagógicas, culturais, sociais, humanas, alimentares e espaciais para que a criança viva como sujeito de direitos, portanto, tratando-a como cidadã.

A Lei 9394/96, promulgada em dezembro de 1996, estabelece o vínculo entre o atendimento às crianças de 0 a 6 anos. Diz também que a criança é um ser de direito, um cidadão, e como tal, tem direito à saúde, à educação, à cultura, à brincadeira, ao afeto.

É considerável ressaltar que a Educação Infantil tem uma função pedagógica, um trabalho que toma a realidade e os conhecimentos infantis como ponto de partida e os amplia através de atividades que tem significado concreto para vida das crianças, e simultaneamente asseguram a aquisição de novos conhecimentos. Diante disso é importante que o educador na Educação Infantil preocupe-se com a organização e aplicação das atividades contribuindo assim para o desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), relata:

Cabe ao professor individualizar as situações de aprendizagem oferecidas às crianças considerando suas capacidades afetivas, emocionais, sociais, cognitivas assim como os conhecimentos que possuem dos mais diferentes assuntos e suas origens socioculturais diversas. Isso significa que o professor deve planejar e oferecer uma gama variada de experiências que responda, simultaneamente, às demandas do grupo e as individualidades de cada criança. (BRASIL-RCNEI,1998: 32).

Portanto, o grande desafio da Educação Infantil e de seus profissionais é compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo. Deve-se considerar que as crianças são diferentes entre si, que cada uma possui um ritmo de aprendizagem. Portanto o professor deve estar preparado para propiciar às crianças uma educação baseada na condição de aprendizagem de cada uma considerando-as singulares e com características próprias.

De acordo com o RCNEI o trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente. Polivalente significa que o professor deve trabalhar com conteúdos de naturezas diversificadas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimento específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Nesse sentido, esta formação deverá ser ampla e contínua, abrangendo diversas áreas do conhecimento no que diz respeito à educação infantil.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil esclarece que: “A instituição de Educação Infantil deve tornar acessível a todas as crianças que frequentam, indiscriminadamente, elementos de cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social”. É nesse sentido que os processos de inclusão tornam-se cada vez mais práticas, as quais podem ser estabelecidas no Ensino Infantil. Similarmente o documento sublinha que:

O espaço privilegiado de interação da criança de 0 a 6 anos, a creche, pré-escola, deve estar comprometida com o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo social e psicológico da criança, observando possibilidades de desenvolvimento no aspecto infantil, ou seja, interações pessoais dentro das instituições de Educação Infantil junto às famílias. (BRASIL-RCNEI, 1998: 23).

Dando ênfase à citação, passados alguns anos da promulgação da LDB-9394/96, o Art. 29, reconheceu a “Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica”, o desafio que ainda se coloca para as redes de ensino, de modo geral, consiste na implantação e/ou implementação de uma proposta curricular que tem por princípio a educação inclusiva da heterogeneidade infantil, dos direitos das crianças, do cuidado-e-educação, da complementaridade às ações das famílias.

A Criança, desde 1988, de acordo com o artigo 208 da Constituição Federal, tem direito à educação infantil, direito esse que foi reforçado pelo artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 (ECA-Lei 8.690) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-Lei 9.394/1996): Outro fator que vem provocando mudanças está relacionado à publicação de documentos pelo Ministério da Educação (MEC) e no plano Nacional de Educação (PNE, 2001), em que o reconhecimento desse direito fica explícito, sendo consenso entre diversos estudiosos/as da área.

Segundo AVIZ e KRIECK (2012), de uma visão assistencialista, a concepção de infância vem mudando para uma concepção de criança como sujeito de direitos possibilitando nas instituições tornar as intervenções pedagógicas fundamentais no processo de ampliação de conhecimento e valorização da infância como tempo social e cultural.

A caracterização das instituições de educação infantil como parte dos deveres do Estado com a educação, expressa já na constituição de 1988, trata-se de uma formulação almejada por aqueles que, a partir do final da década de 1970, lutaram e ainda lutam pela implantação de creches e pré-escolas que respeitem os direitos das crianças e das famílias. (KUHLMANN JR. 2010: 179.)

O referencial curricular nacional para educação infantil especifica os vários aspectos a serem contemplados, dentre eles o brincar:

A qualidade das experiências oferecidas que podem contribuir para o exercício da cidadania, respeitando-se as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero seis anos, deve estar embasada nos seguintes princípios: O respeito á dignidade e aos direitos

das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais étnicas, religiosas. A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sócias, sem discriminação de espécie alguma. O atendimento aos cuidados essenciais associados á sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade, (BRASIL-RCNEI, 1998: 13).

De acordo com o RCNEI, educar significa, portanto propiciar situações de cuidados brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças ao conhecimento mais amplo da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.

Ainda de acordo com a LDB a Educação Infantil deve prioritariamente reconhecer o direito de 0 a 6 anos à educação em creches e pré-escolas já estava assegurado na constituição de 1988 e reafirmado no Estatuto da Criança e do adolescente de 1990, a tradução deste direito em diretrizes e normas, no âmbito da educação nacional, representa um marco histórico de grande importância para a educação infantil em nosso país.

Deve-se ainda destacar nas disposições transitórias. A instituição da década da educação, a iniciar-se um ano após a publicação da Lei, e que até o fim da mesma “somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamentos em serviço” (LDB, Art. 87 § 4º).

A inserção da educação infantil na educação básica, como sua primeira etapa, é o reconhecimento de que a educação começa nos primeiros anos de vida e é essencial para o cumprimento de sua finalidade, afirmada no Art. 22 da lei: “a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores”.

O atendimento em creches e pré-escolas como direito social das crianças se afirma na constituição de 1988, com o reconhecimento da educação infantil como dever do estado com a educação. O processo que resultou nessa conquista teve ampla participação dos movimentos comunitários, dos movimentos das mulheres,

dos movimentos dos trabalhadores, dos movimentos de redemocratização do país, além, evidentemente, das lutas dos próprios profissionais da educação.

A LDB 9394/96, em seu Art. 2º assegura que a educação é direito de todos; afirma também que é dever do estado, mas não assegura que o estado tenha a obrigação de oferta-la, e sim de assegurá-la. Desse modo, o processo de descentralização da educação básica, da qual faz parte a educação infantil, ficou sob a responsabilidade dos estados e dos municípios, cabendo à união assegurar a assistência técnica e financeira às entidades federadas.

A Lei 12.796/2013, desde então, ela vem abrangendo os mais diversos tipos de educação: educação infantil (agora sendo obrigatória para crianças a partir de quatro anos). Essas alterações visam buscar melhorias para a nossa educação, sempre primando pelo direito universal à educação para todos. A partir de então, crianças com quatro anos na escola não serão mais uma opção dos pais. Está na lei.

1.3 O PERFIL DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Tem-se consciência de que muitas lutas foram travadas para que fosse conquistado o direito ao acesso à Educação Infantil. Entende-se que a luta pelos direitos das crianças e pela educação foi intensa, mas não foi em vão, pois hoje tem assegurado em lei o acesso a Educação Infantil, uma conquista legal no âmbito brasileiro. Lembrando que a constituição de 1998 determina a obrigação do Estado em assegurar creche e pré-escolas às crianças 0 a 5 anos. É necessário salientar que incumbe ao município mantê-las, mesmo recebendo auxílio da União e dos Estados.

A integração da educação infantil no âmbito da educação básica, como direito das crianças de zero a seis anos e suas famílias, dever do estado e da sociedade civil, é fruto de muitas lutas desenvolvidas especialmente por educadores e alguns segmentos organizados, que ao longo dos anos vêm buscando definir políticas públicas para as crianças mais novas, (BRASIL, 1998b: apud DRAGO, 2011:35).

Estamos vivendo no Brasil um momento histórico muito oportuno para a reflexão e a ação em relação às políticas públicas voltadas para crianças. A educação e o cuidado na primeira infância são tratados cada vez mais como

assuntos prioritários por parte dos governos Federal, Estadual e Municipal, bem como pelas organizações da sociedade civil, por um número crescente de profissionais da pedagógica e de outras áreas do conhecimento, que veem na Educação Infantil uma verdadeira “ponte” para a formação integral do cidadão.

O direito à educação infantil inclui não só o acesso à creche e pré-escola, mas também o direito a uma educação de qualidade, que considere as necessidades da criança na faixa etária de Zero até Seis anos. A integração do cuidado e da educação, uma boa comunicação com as famílias e a atenção às suas condições de vida são aspectos fundamentais para um atendimento de qualidade à criança pequena, (MIEIB, 2006:103)

Para que se possa atingir uma melhor qualidade de direitos da criança e da família, é indispensável que ela seja construída com a participação ativa de todos os protagonistas envolvidos, bem como as autoridades responsáveis, órgãos oficiais e entidades. Deve cuidar bem das crianças, no sentido de garantir sua proteção, respeitar seus direitos básicos e zelar pelo seu bem-estar. A criança deve receber carinho, amor, atenção e respeito, enfim tudo que ela precisa. Nesse sentido, a preocupação maior não é com a aprendizagem de conteúdos, mas, sim, com a parte comportamental e de convívio social.

Atualmente verifica-se uma grande preocupação com a qualidade da Educação Infantil, o foco é o desenvolvimento da criança sob todos os aspectos, sejam eles, corporal intelectual e afetivo. Na escola, o prolongamento do turno escolar e a qualificação dos profissionais e do espaço físico são importantes para o fortalecimento dessa instituição como agência de socialização e de difusão cultural. Nesse sentido, a escola não pode ser vista apenas como um sistema eficiente para produzir educação, mas precisa ser entendida como um espaço vital gerador de saúde, autonomia, participação e criatividade do aluno para que ele possa desenvolver suas potencialidades físicas, intelectuais e sociais.

A origem assistencial da creche manifesta-se mais fortemente nas respostas que associam esse objetivo às famílias mais pobres. As mães que não têm onde deixar seus filhos e precisam trabalhar são aquelas mais pobres. Para elas, existe a creche, que se configura como “um segundo lar”.

A organização do espaço deve ser pensada como um lugar acolhedor e prazeroso para a criança, onde as crianças possam brincar criar recriar suas brincadeiras estimuladas e independentes. Personalizar o ambiente é muito

importante para a construção da identidade pessoal da criança, tornar a criança competente é desenvolver nela a autonomia e a independência. O espaço criado para a criança deverá estar organizado de acordo com a faixa etária da criança, propondo desafios cognitivos e motores para avançar no desenvolvimento de suas potencialidades.

Todos os ambientes construídos para crianças deveriam atender cinco funções relativas ao desenvolvimento infantil, no sentido de promover: identidade pessoal, desenvolvimento de competência, oportunidades para crescimento, sensação de segurança e confiança, bem como oportunidades para contato social e privado. (DAVID & WEINSTEIN apud CARVALHO e RUBIANO, 2001:109).

Nesse sentido a organização dos espaços na educação infantil é fundamental para o desenvolvimento integral da criança, desenvolvendo suas potencialidades e propondo novas habilidades sejam elas motoras cognitivas ou afetivas. Na pré-escola há espaço para brincadeiras, mas é preciso ensinar a ordem; há valorização do lúdico, mas deve ficar bastante claro que as brincadeiras possuem objetivos sérios.

Desse modo, a educação pré-escolar visa de condições para satisfazer as necessidades básicas da criança, oferecendo-lhe um clima de bem-estar, seja ele físico afetivo-social e intelectual, mediante a proposição de atividades lúdicas que promovam a curiosidade e a espontaneidade, estimulando novas descobertas e o estabelecimento de novas relações a partir do que já se conhece. Se a instituição de Educação Infantil proporcionar para criança pequena um espaço com muitas atividades lúdicas, estará propiciando melhores condições para que a mesma seja apta em diferentes circunstâncias, aprender por si mesma, conhecendo suas capacidades e limitações.

As crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação... (BRASIL-RCNEI, 1998: 21-22).

Educar não é só transmitir conhecimentos, mas também compartilhar experiências, trocar informações, numa relação coletiva entre todos os integrantes da instituição: professores, crianças, coordenadores, diretores, serventes, cozinheiras. Educar é, portanto, transmitir e compartilhar experiências. Lembramos

que as instituições de ensino podem ser públicas ou privadas e que as privadas são das seguintes categorias: (com fim lucrativo), comunitária confessional e filantrópica. É bom ter isso em mente, pois muitas creches ou pré-escolas são comunitárias ou filantrópicas e sobrevivem com recursos públicos advindos de convênios.

Um dos principais desafios de todos (as) que desejam um Brasil com oportunidades sociais mais igualitárias é a garantia de uma educação, em creches e pré-escolas, que respeite a dignidade e os direitos básicos das crianças e das famílias. No caso da Educação Infantil, ela deve estar organizada e funcionar segundo as leis e as normas educacionais, o que implica operar com determinados conceitos do que é e do que não é considerado Educação Infantil. Portanto, regulamentar significa estar de acordo com a lei. Com a norma.

A educação infantil através da nova LDB passou a ser oferecido em espaços educacionais com propostas de caráter pedagógico, cabendo à união a coordenação da Política Nacional de Educação e ao município o oferecimento da educação infantil em creches e pré-escolas, mas ambas as instâncias mantêm como prioridade o ensino fundamental.

A LDB determina ainda que cada instituição do sistema escolar, também, as de educação infantil deverão ter um plano pedagógico elaborado pela própria instituição com a participação dos educadores e que eles deverão ter sempre que possível o curso superior e como formação mínima o curso normal com especialização em educação infantil (BRASIL, 1996).

O educador infantil precisa ter uma formação ainda mais específica do que a formação do educador das séries iniciais do Ensino Fundamental, pois a Educação Infantil apresenta muitas particularidades. Diante disso o educador deve estar apto para lidar com situações que exijam dele paciência compreensão e técnica, com isso permitirá que pais e alunos se sintam mais confortáveis e tranquilos em relação ao processo de aprendizagem da criança.

Contemplar o cuidado na esfera da instituição da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrada da educação. A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos.

Para cuidar é preciso antes de tudo estar comprometido com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades e priorizá-las, assim como as atendes de forma adequada. Assim, cuidar da criança é sobretudo dar atenção a ela como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades. É importante salientar o pressuposto de que aqueles que atuam em instituições educativas desempenham as funções indissociáveis de educar-cuidar.

Conforme afirma FELIPE (1998):

As pessoas, que têm a responsabilidade de cuidar/educar crianças nesta faixa etária, desempenha um papel fundamental no processo de desenvolvimento infantil, pois servem de intérpretes entre elas e o mundo que as cerca. Ao nomearem objetos, organizarem situações, expressarem sentimentos, os adultos estão cooperando para que as crianças compreendam o meio em que vivem e as normas da cultura na qual estão inseridas. Portanto, os diferentes profissionais envolvidos na Educação Infantil têm uma importante tarefa a cumprir, na tentativa de contribuir para um desenvolvimento agradável e sadio. São, portanto, mediadores entre a criança e o meio, (FELIPE, 1998: 08).

Ser professor na Educação Infantil é ter um perfil da profissão escolhida, ou seja, ter uma qualificação condizente com sua função e dispor de oportunidade para refletir continuamente sobre seu trabalho, com base em uma formação permanente em serviço, é ter compromisso e consciência de que suas intenções contribuem na formação humana. Diante disso os profissionais serão responsáveis por proporcionar a conquista da autonomia e da construção de identidades das crianças pequenas do nosso país. Para que isso se efetive, além do empenho pessoal, necessário a execução de políticas pública que garantam condições adequadas de trabalho, valorização salarial, ingresso por concurso público, formação inicial mínima em Ensino Médio (magistério) e formação continuada em serviço.

Há hoje uma consciência generalizada de que a formação de educadores é um desafio relacionado com o futuro da educação básica, esta por sua vez, intimamente vinculada com o futuro de nosso povo e a formação de nossas crianças. O aperfeiçoamento da formação docente requer, hoje, muita ousadia e criatividade.

1.4 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

É bastante recente em nosso país a história da formação de docentes para a educação infantil, pois não havia uma preocupação com esse nível de ensino, por partes dos governantes, e conseqüentemente, muito menos com a qualificação de seus professores. A Educação Infantil foi, por muito tempo, uma modalidade de ensino relegada ao segundo plano. Essa modalidade contou com pouca ou nenhuma preocupação, na maioria das vezes, era tida como ocupação “menor” e, seus principais agentes, os professores, vistos como “tutores” da infância, numa concepção em que o “cuidado” era estabelecido em detrimento ao “pedagógico”.

No entanto, a partir do movimento em que as políticas voltadas para a primeira infância no Brasil passaram a defender a expansão do atendimento pré-escolar a baixo custo na década de 60, passou a ser comum a organização de jardins, creches e “escolinhas” que contavam com pessoas sem habilitação em magistério. Dessa forma, outras denominações, além de professora, foram utilizadas para designar a pessoa encarregada dos cuidados e da educação das crianças em instituições de atendimento à criança de 0 a 5 anos. No caso das creches, por exemplo, falava-se crecheira, monitora, babá, auxiliar de desenvolvimento infantil e também educador. A LDB em seu artigo 62 determina que:

A formação de docente para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal, (BRASIL-LDB 9394/96)

Conforme a citação o profissional para atuar na Educação Básica e especificamente no Ensino Infantil, primeiramente deve passar por formação continuada. Atualmente, não é inadmissível um profissional atuar na docência sem passar por qualificação profissional. Os cursos de licenciaturas promovem uma atuação eficaz, e ao mesmo tempo, baseada em princípios os quais devem seguir as necessidades da sociedade atual.

Já no artigo 87, § 4º, nas disposições transitórias, a LDB diz: “até o fim da década da educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamentos em serviço”. Atualmente, não é isso que

verificamos, ainda há profissionais atuando somente com o ensino médio. Dessa maneira, o fato das pessoas que atuam terem o ensino médio em Magistério, não significa está habilitado para atuarem no Ensino Infantil. Ressalta-se, que esse contexto vem sendo cada vez mais modificado, os contratos atuais pelo que se observa exigem qualificação de nível superior. No que se refere ao profissional do magistério, o consentimento de atuação passa por um critério de seleção.

Em 2003, o Conselho Nacional de Educação (CNE), reforçou essa decisão por meio de uma resolução que determinava que os sistemas de ensino deveriam realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício. Dessa maneira, a identidade do professor é construída no decorrer das atividades profissionais, sabe-se que são durante a formação inicial que será sedimentada os pressupostos e as diretrizes presentes no curso formador, decisivos na construção da identidade docente. Nesse sentido, o professor deve estar comprometido com a prática educacional para que de forma satisfatória possa responder às demandas das famílias. Conforme GOMES (2009: 40)

É importante considerar que o professor não está pronto quando termina o curso de formação docente. No exercício profissional as diferentes situações vivenciadas que a condição de ser professor exigirá vão requerer dele referências existenciais para todos os envolvidos no processo educacional, a começar pela compreensão de si mesmo: olhar para si e compreender-se educador, inserido em determinado contexto sociocultural, (GOMES, 2009: 40)

Desta forma, para viabilizar a formação inicial de professores que contemple tais dimensões é preciso, a valorização da Educação Infantil um espaço de desenvolvimento de integração e também educativo, onde é indissociável o cuidar e o educar. Nesse sentido, cuidar e educar deve caminhar junto, narrando, portanto, a identidade desta etapa do ensino.

A prática de se formar, ao mesmo tempo, profissionais para a educação infantil e para as séries iniciais, utilizada desde a época das escolas normais necessita ser imediatamente revista. Os profissionais acabaram conhecendo muito pouco do desenvolvimento da criança entre 0 a 6 anos, o que leva à propositura de trabalhos ineficazes, quando forem lidar com crianças pequenas. Portanto, esse modelo acaba não sendo muito adequado para a formação da educação infantil, (LEITE, 2011: 192).

Faz-se necessário a formação específica para os profissionais que atuam e pretendem atuar na Educação Infantil. É importante destacar que os estudiosos da

área enfatizam a necessidade de formação adequada para os profissionais que atuam com crianças, é preciso haver um elo entre formação inicial e continuada.

Cabe-nos enfatizar a importância da participação ativa dos professores na construção do processo de formação continuada desenvolvidas nas instituições educativas. Assim a formação específica em nível médio ou superior do profissional que atua com criança pequena é imprescindível para promover uma Educação Infantil de qualidade.

Como nos diz MALAGUZZI (1999: 97), “A prática é um meio necessário para que a teoria tenha sucesso e, neste caso, os professores são interpretes de fenômenos educacionais”. A formação continuada parece ser o caminho para a práxis educacional, que a formação teórica lhe dê base sólida para que mudanças conscientes ocorram na prática pedagógica. Assim, torna-se necessário mais investimento na formação continuada e na construção de políticas públicas que assegurem condições adequadas para a realização da formação e da valorização profissional. Nesse sentido, KISHIMOTO (1999:75) ressalta que, “pensar em uma política de formação profissional para educação infantil requer, antes de tudo, a garantia de um processo democrático que permite a ascensão na escolaridade, em todos os níveis, e a valorização dessa formação no patamar de outros cursos”.

A formação do professor é reconhecidamente um dos fatores mais importantes para a promoção de padrões de qualidade adequados na educação, qualquer que seja o grau ou modalidade. No caso da educação da criança menor, vários estudos internacionais têm apontado que a capacitação específica do profissional é uma das variáveis que maior impacto causa sobre a qualidade de atendimento. (...) No Brasil, a relevância da questão tem levado vários estudiosos e profissionais que atuam na área a promover discussões e elaborar propostas para a formação do profissional de educação infantil, especialmente daqueles que trabalham em creches. (BARRETO E OLIVEIRA 1994: 11)

A profissionalização deve ser entendida também como direito dos (as) profissionais de Educação Infantil. Nesse processo, a formação escolar e profissional é um primeiro passo: Há ainda uma longa caminhada que precisa ser percorrido coletivamente, ou seja, e a parte do esforço coletivo de construir uma Educação Infantil de qualidade e que atenda os direitos das crianças Brasileiras de 0 a 5 anos de idade, a formação profissional é um dos elementos desse processo, e as conquistas já obtidas até o momento são fruto do compromisso e da luta de

diversos setores da sociedade, como os movimentos sociais, as universidades e de diversas organizações sociais.

. De acordo com a citação é pertinente destacar que o Ensino Infantil é a primeira etapa de instrução sistematizada/formal das crianças. Nesse sentido, a Educação Infantil, é a base para as outras modalidades e níveis de escolarização. Assim, cabe ao profissional um compromisso maior com métodos aplicados. O planejamento, o currículo e os procedimentos avaliativos devem se pautar em práticas lúdicas e inovadoras. Por outro lado, além de todas essas questões percebidas como indissociáveis do sistema de ensino, temos que lembrar dos procedimentos de inclusão da criança com algum tipo de deficiência (também amparada. Enfim, nesse sentido a formação é um pré-requisito necessário.

Para que a educação infantil se concretize como um segmento importante no processo educativo, não bastam leis que garantam isso no papel nem tampouco teorias elaboradas sobre o desenvolvimento infantil. As pessoas que trabalham diretamente com as crianças precisam estar continuamente se formando, para exercer sua função da melhor maneira possível, de forma a favorecer o desenvolvimento infantil em diversos aspectos, promovendo a ampliação das experiências das crianças e de seus conhecimentos. (KRAMER, LEITE, NUNES, GIMARAES, 2011:78)

Portanto, faz-se necessário um processo educativo que este nas mãos do próprio formando, resulte na busca de ampliar as suas qualidades na intenção de transformar a sociedade em que vive. Portanto, almejar uma educação de qualidade para as crianças, é contribuir para a formação de sua cidadania, como sujeitos críticos, criativos, autônomos, responsáveis, cooperativos e participantes.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) é um norteador para os profissionais da Educação Infantil e foi criado com finalidade para servir como guia de reflexão de cunho educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos, (BRASIL, 1998).

Diante disso, cabe aos profissionais da Educação não utilizarem o RCNEI apenas como um guia e sim, como um instrumento para nortear o trabalho desenvolvido em sala de aula, complementando-o com sua prática.

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimento ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso, é tão importante investir na pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência, (NÓVOA, 1995: 25).

A Educação Infantil tem a necessidade de professores com uma formação ampla em diversas áreas do conhecimento: cognitiva, psicológica, motora, neurológica e psicomotora, para atender às necessidades de sua clientela. Esse profissional tem hoje um grande desafio, superar as barreiras impostas pelo despreparo em lidar com situações que exigem conhecimento em áreas específicas, que outrora não acreditava serem de seu domínio. O professor, diante das necessidades de seus alunos, deve apropriar-se de novos conhecimentos.

Vale ressaltar que, os cursos de formação inicial de professores, em períodos anteriores, não ofereciam base suficiente para uma prática pedagógica de qualidade, o que ainda ocorre nos dias atuais, pelo menos ao nível em que almejamos. Diante dessa situação surge a formação continuada como aprimoramento profissional, sendo aos poucos compreendida por muitos educadores como formação compensatória destinada a preencher lacunas da formação inicial.

De acordo com KRAMER (2005), ideia de formação específica para professores foi um passo necessário para assegurar o direito de todas as crianças à educação com qualidade, trazendo recomendações às políticas de Educação Infantil e de formação de profissionais. Assim, as formações docentes para atender crianças na Educação Infantil foram ao longo do tempo amplamente discutidas em diversos segmentos por teóricos e pesquisadores. A formação específica de professores quanto à preparação desse profissional para atuar diretamente com crianças de 0 a 5 anos de idade, é, portanto um desafio para as universidades, políticas públicas municipais, estaduais e federais.

Acreditamos que a maioria dos profissionais que trabalham de alguma maneira, com educação infantil, quer nos órgãos administrativos nos organismos pedagógicos ou na sala de aula, se debatem com questões relativas às formas de colocar em prática as teorias pedagógicas. (IVAN RUSSEFF, MARILUCE BITAR, 2003: 93).

Conforme a citação sobre a atuação profissional de professores no Ensino Infantil é pertinente destacar que nem sempre iremos encontrar escolas com padrões de qualidade para trabalhar com crianças, porém o mais importante é a escolha que cada profissional assume ao atuar no Ensino Infantil. Dessa forma, acredita-se, que para atuar com crianças é necessário um critério maior, ou seja,

passa por uma questão na maioria das vezes vocacional. Assim, a afetividade o “cuidar” exerce uma função. Também complementar e essencial do profissional que atua no Ensino Infantil.

Para OSTETTO, (2012: 128) “A formação de professores envolve muito mais que uma racionalidade teórico-técnica, marcada por aprendizagens conceituais e procedimentos metodológicos”. Conhecer teorias não é suficiente para ter uma prática educativa de qualidade; é no dia a dia é que se constrói o conhecimento a partir da interação com as crianças, no planejamento de atividades, e que de fato vamos construindo a possibilidade de tornar aquilo que pensamos e sabemos uma prática refletida e vivenciada. Portanto é preciso estar atenta ao conhecimento de cada um que está no processo de aprendizagem. Para DIDONET (2009), a instituição de Educação Infantil:

É um espaço especializado que acrescenta vivências de desenvolvimento e aprendizagem para as crianças além daquelas que ela tem com a família. Ela oferece um ambiente de interações sociais e amplas, que enriquecem as experiências sociais, físicas, afetivas e intelectuais das crianças. Seu programa complementa a ação da família no cuidado e educação da criança (DIDONET, 2009: 24).

Nesta perspectiva favorável os profissionais que atuam na área de Educação Infantil precisam atingir e manter boas relações com as famílias das crianças. Os dois lados não devem se ignorar nem jogar para o outro suas responsabilidades, e sim procurar saber sobre seus conhecimentos, suas experiências, suas práticas. É de fundamental importância o contato inicial da criança e da família com os profissionais da creche, que a família se sinta acolhida e que os profissionais se sintam respeitados para que se estabeleça um bom relacionamento. Dessa forma, o envolvimento entre pais e profissionais da educação, num sentido de estar num lugar acolhedor, transmite segurança garante uma educação infantil de qualidade.

Considerando o professor como o profissional responsável pela educação-cuidados de crianças pequenas em creches e pré-escolas, temos o desafio de qualificar o perfil desse profissional na área da educação e no âmbito da educação básica, reconhecendo a complexidade da formação de crianças pequenas em ambientes coletivos, (GOMES, 2013: 25)

É importante que se pense a educação de crianças, mais especificamente a creche com um olhar educativo. Pelo menos é o que almejamos. Porém é essencial que a criança da creche receba atenção especial atribuída à sua faixa etária. Dessa

forma, tanto a visão educativa como a visão assistencialista devem ser complementares. Cabe aos profissionais de educação infantil se capacitar no campo da educação, e de maneira que possam propiciar uma formação com base sólida e consistente, visando à qualidade da educação.

2 OS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

2.1 A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A ludicidade na educação possibilita situações de aprendizagem que contribuem para o desenvolvimento integral da criança, mas deve haver uma dosagem entre a utilização do lúdico instrumental, isto é, a brincadeira com a finalidade de atingir objetivos escolares, e também a forma de brincar espontaneamente, envolvendo o prazer e o entretenimento, neste último, o lúdico é essencial.

De acordo com ROLOF (S/D: 01) “A palavra Lúdico vem do latim *Ludus*, que significa jogo, divertimento, gracejo, escola. Este brincar também se relaciona à conduta daquele que joga, que brinca e se diverte”. Entretanto, a função educativa do jogo oportuniza o ensino-aprendizagem de forma significativa, seu conhecimento e sua compreensão de mundo.

Conforme CAVALLARI e ZACHARIAS (2009) “a partir do momento que uma pessoa passa a concretizar a vontade chamada lazer, ela está tendo sua recreação”. Todavia, devemos observar que recreação, não é a atividade, é, porém o fato de concretizarmos nossos anseios. Nesse sentido a recreação é uma circunstância, ou seja, uma atitude.

A atividade que a pessoa pratica e através da qual ela consegue atingir sua recreação chamamos de Atividade Lúdica ou Atividade Recreativa. Dessa forma devemos estar atentos para não confundirmos a recreação com a atividade recreativa. Esta questão é importante, pois sempre estamos tendo dificuldade para compreender algumas situações que na maioria das vezes são confundidas no dia a dia da sala de aula, (CAVALLARI e ZACHARIAS 2009: 14).

O educador consciente de seu compromisso social e que trabalha numa escola cuja concepção de ensino priorizada é a emancipatória, planejará situações lúdicas em que a criança vivenciará experiências de construção e reconstrução de saberes existentes no seu mundo real, além de significativas interações sociais. Desse modo, a criança aprende brincando, de forma prazerosa. Pode-se dizer que a ludicidade, na sua essência, faz toda diferença no planejamento de ensino, possibilitando momentos de problematização e reflexão crítica do conhecimento.

Atualmente a prática do lúdico em sala de aula é de suma importância para que a criança aprenda de forma diferenciada e prazerosa. Pois o mundo em que ela vive é cheio de grandes descobertas e através da ludicidade e dos mais diversos tipos de atividades, as quais vão das simples às mais complexas e curiosas brincadeiras.

E o fundamental é que no brincar as crianças tornam-se agentes de sua experiência social, desenvolve o diálogo, organizam com autonomia suas ações e interações, construindo regras de convivência social e de participação nos jogos e brincadeiras. É através das brincadeiras, seus movimentos, sua interação com os objetos e no espaço com outras crianças que ela desenvolve suas potencialidades, descobrindo assim suas habilidades.

As palavras de FERNANDEZ (2001) apontam a relação entre a aprendizagem e o brincar de maneira cativante:

Aprender é apropriar-se da linguagem, é historiar-se, recordar o passado para despertar-se ao futuro; é deixar-se surpreender pelo já conhecido. Aprender é reconhecer-se, admitir-se. Crer e criar. Arriscar-se a fazer dos sonhos textos visíveis e possíveis. Só será possível que as professoras e professores possam gerar espaços de brincar-aprender para seus alunos quando eles simultaneamente construírem para si mesmos, (FERNÁNDEZ, 2001: 37)

Nessa perspectiva a ludicidade é um instrumento valioso na prática pedagógica como método para o desenvolvimento da criança; pois brincar é algo importantíssimo para cada criança, trazendo vários benefícios para o crescimento cognitivo e afetivo de forma construtiva e prazerosa na construção dos saberes, trazendo a criança para participar, aprender e desenvolver as suas habilidades no processo de construção do conhecimento do ensino e aprendizagem.

Dessa forma, outra questão importante da ludicidade é a possibilidade de mediar o ensino-aprendizagem de forma que promova a interdisciplinaridade, permitindo que o lúdico entre em sala de aula e que este ambiente se torne agradável e prazeroso no aprendizado cotidiano da criança. Maria Cristina Rau (2007), afirma que:

É assim que o lúdico pode ser visto como um recurso facilitador da aprendizagem para as crianças e os jogos podem ser aplicados como desafios cognitivos, não bastando apenas constatar se certas habilidades de acordo com os objetos propostos pelo educador, mas também adequar as propostas aos interesses dos alunos, (RAU, 2007: 86).

Percebe-se, que a prática pedagógica e a ludicidade no Ensino Infantil aos poucos, vão dando mais importância para o uso desta prática, pois muito se fala sobre este tema e as escolas estão buscando mudanças em prol do desenvolvimento de cada criança.

É importante lembrar que as práticas teóricas-metodológicas com a utilização da ludicidade em sala de aula, favorece ao mesmo tempo mecanismos para adquirir resultados positivos através do desenvolvimento integral das crianças, e do atendimento de suas necessidades, essa é uma questão política educacional.

Dessa forma, para que haja realmente a aplicabilidade das leis é necessário que as mesmas sejam estabelecidas e cumpridas. A ludicidade é importante, para que se efetive, faz-se necessário, desenvolver ambientes de ensino e aprendizagem em condições para o desenvolvimento do lúdico com recursos diferenciados. Ressalta-se, que nem sempre vamos ter ambientes propícios para promover a ludicidade, haja vista as implicações a falta de estruturas físicas dos espaços escolares.

O processo de aprendizagem das crianças no ensino infantil merece um destaque nos estudos na área educacional, pois com a ludicidade na escola é possível desenvolver na criança o estímulo e o prazer pelas disciplinas desenvolvidas.

O lúdico é reconhecido como um meio de fortalecer ao discente um lugar agradável e motivador, e assim, desenvolverá criatividade que ajudará no seu procedimento de ensino/aprendizagem. Desta forma, aplicado na prática pedagógica possibilitando ao docente tornando suas aulas mais prazerosas e faz com que a criança participe ativamente das atividades desenvolvidas nas salas contribuindo, assim como propicia o desenvolvimento integral da criança. Para Rau, o adulto, o educador, tem um papel fundamental e pode:

Aconselhar sobre ações ou materiais, permitir a ocorrência da tentativa e erro, oferecer novos materiais, informações ou perceber quando isso é necessário, estimular o interesse e a motivação, ouvir e responder apropriadamente às explicações das crianças, garantir o envolvimento de todas as crianças de acordo com suas capacidades, proporcionar um meio ambiente com recursos apropriados, oferecer *feedback*, elogios, conservar o senso de humor e manter a situação agradável, (RAU 2007: 78)

Conforme a autora o professor pode usar uma estratégia de ensino excelente, se não estiver adequada ao modo de aprender da criança, de nada servirá. Pois toda criança gosta de brincar, e a utilização de certos jogos e brincadeiras como facilitadores na aprendizagem são sem dúvida, a solução para obter resultados positivos no processo de ensino – aprendizagem das crianças.

Do mesmo modo, importante que se tenham bem definido os objetivos que queremos alcançar quando trabalhamos com o lúdico, e o cuidado também com as brincadeiras que vamos mediar, para que esta esteja ligada ao momento correto do desenvolvimento infantil. O adulto, ao se permitir brincar com as crianças, sem envergonhar-se disto, poderá ampliar, estruturar, modificar e incrementar as experiências das crianças.

Ao participar junto com as crianças das brincadeiras, ambos aprendem através da interação, constroem significados apropriando-se dos diversos bens culturais e se construindo ao mesmo tempo, entre lembranças de adultos que brincavam quando crianças ou não, entre novas brincadeiras relembradas, aprendidas ou inventadas, exibindo que, mais do que coisa de criança, elas são de todos aqueles que ousaram tornar-se criança também.

Ao permitir a ação intencional (afetividade), a construção de representações mentais (cognição), a manipulação de objetos e desempenho de ações sensório-motoras (físico) e as trocas nas interações (social), o jogo contempla várias formas de representação da criança ou suas múltiplas inteligências, contribuindo para a aprendizagem e o desenvolvimento infantil. (KISHIMOTO, 1994, APUD, RAU 2007: 115).

Segundo a autora para que ocorra o ensino aprendizagem através do lúdico, faz-se necessário que haja uma relação entre professor e aluno depende fundamentalmente do clima estabelecido pelo professor, da relação com seus alunos, de suas capacidades de: ouvir, refletir e discutir o nível de compreensão de seus alunos e da criação entre o seu conhecimento e o deles.

Sob o mesmo ponto de vista indica também, que o professor educador com raras exceções, deve buscar educar para as mudanças do dia - a - dia, para a autonomia, para a liberdade, tornando possível numa abordagem global, trabalhando o lado positivo dos alunos e para a formação de um cidadão consciente de seus deveres e de suas responsabilidades sociais.

Em síntese, quando a criança brinca, ela demonstra prazer em aprender e por meio desta brincadeira tem a oportunidade de satisfazer seus desejos tornando-se capaz de vencer seus medos e enfrentando os seus desafios com segurança e confiança. E apesar de todas as dificuldades a ludicidade tem sido um manifesto de forma proveitosa; pois sua atividade vem para promover descobertas que possibilitam um desenvolvimento cognitivo, físico e emocional que transmitem saberes de uma forma diferenciada.

2.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O reconhecimento do brincar como atividade relevante para o desenvolvimento infantil, ao longo dos tempos, mostra que, embora tenha havido avanços em relação à concepção de criança e seu desenvolvimento, a contextualização do brincar no campo educacional ainda não tomou as proporções necessárias que materializassem uma postura significativa da relevância dessa atividade, na atualidade.

E para refletir sobre a relevância do brincar no espaço escolar, destacando a educação infantil, torna-se extremamente relevante contextualizar as concretizações de Educação infantil, e, essencialmente, de crianças, que são amparados pelos regimentos de documentos, leis e normas os quais articulam esses segmentos. A concepção de criança merece aqui tal destaque, por ser considerada a fase principal da própria formação de um currículo escolar.

De acordo com SANTOS e LEONOR (1999), destacam a infância “como a idade das brincadeiras e que, por meio delas, as crianças satisfazem grande parte dos seus desejos e interesses particulares”. Reafirmam ainda que:

O espaço de recreação seria, por excelência, um local onde brincar é atividade privilegiada—não só brincar, como também as muitas facetas que cercam essa atividade e que fomos incorporados em nosso universo. O lúdico é, sem dúvida, um dos caminhos para o trabalho pedagógico, que encontra, assim, um meio de manifestação e expressão. (SANTOS e LEONOR, 1999: 205).

Nesse sentido, as crianças vivenciam com grande intensidade e satisfação suas atividades lúdicas (brincadeiras, jogos, histórias). Elas se entregam às suas brincadeiras, aos seus jogos, às suas histórias com vigorosa seriedade.

Neste mesmo tempo, com rara facilidade se põem a brincar e a jogar, a contar e a ouvir uma história, constituindo um cenário imaginário em que criam e representam diferentes personagens, vivem as mais fantásticas aventuras, inventam, “constroem” e “destroem”. Fazem de seu corpo um versátil brinquedo com o qual exploram a realidade. No “como se” disfarçam-se, passam a ser, ao menos naquele momento, quem “não são”. (FREUD, 1968. *Apud.* OLIVEIRA 2009: 47).

É importante destacar que o lúdico é uma forma que a criança aprende brincando; pois o mundo em que ela vive é descoberto através de jogos seja mais diversos tipos que vão dos mais simples de encaixe às mais curiosas brincadeiras folclóricas do dia-a-dia. O jogo, para a criança, é o exercício e a preparação para a vida adulta. E é através das brincadeiras, dos seus movimentos, de sua interação com os objetos e no espaço com outras crianças que ela desenvolve suas potencialidades, descobrindo suas habilidades. Sobre a importância do jogo na vida da criança KISHIMOTO (1994) afirma:

Ao permitir a manifestação do imaginário infantil, por meio de objetos simbólicos dispostos intencionalmente, a função pedagógica subsidia o desenvolvimento integral da criança. Neste sentido, qualquer jogo empregado na escola, desde que respeite a natureza do ato lúdico, apresenta caráter educativo e pode receber também a denominação geral de jogo educativo, (KISHIMOTO, 1994: 22).

Conforme a citação por meio dos objetos simbólicos é intermediado a condição pedagógica diferenciada principalmente no que se refere aos aspectos que possibilitam o desenvolvimento integral da criança. É nesse sentido que a DCNEI, estabelece diretrizes necessárias a serem executadas por profissionais que atuam na Educação Infantil.

Dessa forma, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil-DCNEI, estabelece que o Currículo é um: conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, DCNEI, 2010:12). Conforme FREIRE (1989) é destacado que:

Quanto ao ensino propriamente dito, o que mais se espera é que as crianças cheguem à 1ª. série alfabetizadas. Há, no entanto, uma parcela de pais que colocam seus filhos nas escolas para serem orientados, desde o maternal, rumo à faculdade – um caminho de direção única. Ao sucesso! (FREIRE, 1989: 89).

A inclusão, mediante a antecipação do acesso, é uma medida solicitada nas políticas educacionais, que tem como medida a universalização do ensino, isto é, quanto mais cedo a criança vai para escola, tal condição pode contribuir para uma mudança na estrutura e nos procedimentos de escolarização das crianças. No entanto, não se trata de transferir para as crianças de 0 à 5 anos, conteúdos e atividades do modelo conteudista tradicional, mas de conceber uma nova estrutura de organização do currículo no ensino infantil. FRIEDMANN (1996) argumenta que:

A escola é um elemento de transformação da sociedade, sua função é contribuir, junto com outras instâncias da vida social, para que essas transformações se efetivem. Nesse sentido, o trabalho da escola deve considerar as crianças como seres sociais e trabalhar com elas no sentido de que sua integração seja construtiva, (FRIEDMANN, 1996: 54).

Diante das ideias expostas, a inclusão das crianças nos centros infantis, não se constitui apenas como uma medida meramente de ingresso. É preciso uma maior atenção ao processo de desenvolvimento e aprendizagem delas, o que implica conhecimento e respeito às suas características etárias, sociais, psicológicas e cognitivas.

Além disso, os espaços educativos, os materiais didáticos, os mobiliários e os equipamentos precisam ser repensados para atender às crianças com essa nova faixa etária. De acordo com as DCNEIs, a Organização de Espaço, Tempo e Materiais Para efetivação de seus objetivos, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:

- a) A educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo;
- b) A indivisibilidade das dimensões expressivo motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança;
- c) A participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização [...] (BRASIL, DCNEI, 2010:20).

É evidente que uma maior oportunidade de aprendizagem não depende apenas do aumento do tempo de permanência na escola, mas sim do emprego mais eficaz do tempo, por isso a importância de um trabalho pedagógico que assegure o estudo das diversas expressões e de todas as áreas do conhecimento, igualmente é necessário espaços propícios para a promoção do ensino-aprendizagem no Ensino Infantil.

Dessa maneira, a implementação do currículo no Ensino Infantil, de zero (0) à cinco (05) anos, leva necessariamente a repensá-lo no seu conjunto de direitos específicos para atender toda demanda. Sendo assim, é preciso que haja a reorganização pedagógica, de propostas, currículos e projetos político pedagógicos, de modo que assegurem o pleno desenvolvimento das crianças em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, social e cognitivo, tendo em vista alcançar os objetivos. Os princípios básicos para o Ensino Infantil estabelecem que a Educação Infantil deva respeitar os seguintes princípios:

- a) Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.
- b) Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
- c) Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. [...] (BRASIL, DCNEI, 2010:16).

Partindo desse pressuposto, as crianças trazem muitas histórias de seu cotidiano familiar, muitos saberes, formas diversas de viver a infância, e assim, recolocar no currículo o brincar como modo de se fazer presente e está no mundo. Valorizando, também, a importância das diversas expressões para o desenvolvimento da criança na escola e fortalecendo o tempo e espaço para o movimento, a dança, a música e a arte. Afinal, esse ser humano precisa vivenciar sentir e perceber a essência de cada uma das expressões que o tornam ainda mais presente em no mundo.

2.3 O COMPORTAMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

.Atualmente é possível afirmar que muitos estudos se direcionam para demonstrar que o “comportamento na infância” é uma questão, a qual deve ser pensada sobre certa cientificidade, ou seja, há critérios que devem ser levados em consideração principalmente pelo fato do comportamento estão estritamente ligadas às fases de desenvolvimento inicial da criança. É nesse sentido que a tríade: cognitiva, física e sociocultural, os seguimentos citados unem-se a favor.de melhores condições ao desenvolvimento da criança.

Segundo MALUF (2008: 13) “os primeiros anos de vida são decisivos na formação da criança, pois se trata em um período que ela está construindo sua identidade e grande parte de sua estrutura física, efetiva e intelectual”. Ainda para a autora as crianças, nas instituições de Educação Infantil, precisam: de ações sistemáticas e continuadas que visam a fornecer informações; realizar vivências através de atividades lúdicas; aprimorar conhecimentos.

Para WALLON apud MALUF (2008), a criança, nas suas mudanças fisiológicas, revela traços importantes de caráter e personalidade. Assim, a alegria, a raiva, o medo, a tristeza e os sentimentos mais profundos ganham função relevante na relação da criança com o meio. Dessa forma, para Wallon, afetividades, emoções, movimento e espaço físico se encontram num mesmo plano.

A autora faz uma analogia de entre principais autores que discutem o desenvolvimento cognitivo, social e psicológico das crianças. Dando seqüências é pertinente destacar outras contribuições, como por exemplo, os estudos de Piaget (1987), segundo a teoria do estudioso para a criança adquirir pensamento e linguagem deve passar por várias fases de desenvolvimento psicológico, partindo do individual para o social. Sobre essa mesma questão é pertinente destacar que:

O autor acredita que o desenvolvimento mental dá-se espontaneamente, a partir das potencialidades e da interação com meio. O processo de desenvolvimento mental é lento, ocorre por meio de graduações contínuas e através dos seguintes estágios: período da inteligência sensório-motora; período da inteligência pré-operatória; período da inteligência operatório-concreta; período da inteligência operatório-formal. (MALUF, 2008: 16).

A partir das ideias acima expostas é possível na perspectiva de Piaget traçar uma breve conceituação para cada período e/ou etapa de desenvolvimento da criança. As etapas de desenvolvimento seguem prioritariamente etapas as quais exemplificam os períodos suscitados por pelo teórico Piaget. Dando seqüência:

No período sensório-motor (de 1 a 3 anos) predominam as atividades de exploração e de conhecimento do mundo social e físico. Nesta fase a lógica da criança não está presente, predominam as relações cognitivas entre ela e o meio. Dos 3 aos seis anos, no período pré-operatório, aparece as imitações e a criança passa dá significado para as sua própria ação. Os fatores responsáveis pelo desenvolvimento, para Piaget, são maturação, experiência física e lógico-matemática, experiência social, motivação, equilíbrio (que para Piaget é o problema central do desenvolvimento), interesse e valores. (MALUF, 2008: 16).

Outro autor que merece destaque, a fim de compreendermos as etapas de desenvolvimento infantil se apoia na teoria de Vygotsky. Ressalta-se, que a teoria de Vygotsky, difere da teoria de Piaget sobre as etapas do desenvolvimento humano, ou seja, para Vygotsky o desenvolvimento tem início a partir das interações sociais. A referida autora focaliza que:

Para Vygotsky (1987), porém, as pessoas não nascem como um copo vazio, elas são formadas de acordo com as experiências às quais são submetidas. Ele enfatiza que o desenvolvimento da criança é o produto dos estabelecimentos sociais e sistemas educacionais, como a família e a igreja, que ajudam a criança a construir o seu próprio pensamento e a descobrir o significado da ação do outro e da sua própria ação. (MALUF, 2008: 17).

Dessa maneira, fica evidenciado nas citações que o meio interacional é um estímulo eficiente na aquisição cognitiva das crianças, da mesma forma, os centros infantis propicia a interação com outras crianças, partindo desse pressuposto podemos ressaltar a relevâncias dos ambientes educação para a formação efetiva das crianças. Conforme TEIXEIRA (2003: 105) faz uma comparação entre duas terias “As influências de Piaget e Vygotsky na educação”, a autora salienta que:

As ideias centrais desses dois autores a respeito do desenvolvimento cognitivo, conforme descrevemos, têm implicações para a educação, embora em nenhum dos casos houvesse preocupação com a formulação de uma teoria pedagógica. Mas especificamente no Brasil, as teses piagetianas, circularam no período de 1930 a 1960, exclusivamente na área educacional. (TEIXEIRA, 2003: 105)

Do mesmo modo, as ideias de Vygotsky foram introduzidas somente na década de 1980, comparecendo, sobretudo como resposta à lacuna da teoria psicogenética em relação às influências da cultura no desenvolvimento da criança.

No que se refere aos aspectos socioculturais é pertinente compreendermos o conceito de cultura, uma vez que, todo momento nos referimos a tais questões. As várias maneiras de entender o que é cultura derivam de um conjunto comum de preocupações que podemos localizar: Segundo SANTOS (2012: 23), em duas concepções básicas: “a primeira concepção de cultura remete a todos os aspectos de uma realidade social; a segunda refere-se mais especificamente ao conhecimento, às ideias e crenças de um povo”.

A primeira dessas concepções preocupa-se com todos os aspectos de uma realidade social. Assim, cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a

existência social de um povo ou nação ou então de grupos no interior de uma sociedade. Para SANTOS (2012). O que é Cultura?

Uma única maneira mais complicada de apresentar essa dimensão é dizer “que a cultura inclui o estudo de processos de substituição de uma coisa por aquilo que a significa, que permitem, por exemplo, que uma ideia expresse um acontecimento, descreva um sentimento ou uma paisagem; ou então que a distribuição de pessoas numa sala durante uma conversa formal possa expressar as relações de hierarquia entre elas. Assim, a ideia de uma divindade única pode ser vista como significado de uma unidade social; nas brincadeiras tradicionais numa sociedade como a nossa pode-se mostrar a presença simbólica de mecanismos de competição e hierarquia do “mundo dos adultos”, (SANTOS, 2012: 42).

De acordo com a citação, por esse motivo, o comportamento da criança e as etapas de desenvolvimento necessitam acontecer em diferentes ambientes socioculturais. Para Vygotsky como bem já foi citado, é a partir de um contexto sociocultural que as crianças são instigadas à aprender. Nesse sentido, as diferentes culturas vão estabelecer elementos a favor de suas etapas de desenvolvimento.

Para OLIVEIRA (2005), as instituições de ensino do ponto de vista pedagógico, tem o desafio de garantir:

Às crianças a aquisição gradativa de novas formas de expressão e reconhecimento representação de seu mundo, assegurar a compreensão por parte da criança de que ela lê quando identifica um objeto, um gesto, um desenho, uma palavra e propiciar a confiança dessa criança na sua própria capacidade de entender e se expressar sobre seu mundo. (OLIVEIRA, 2005: 59)

Assim, para que tal proposta se concretize é necessário estabelecer os objetivos específicos. Dessa maneira, deve também se pautar no currículo e em propostas que valorizem os aspectos socioculturais das crianças. As propostas de cunho pedagógico deve pautar uma condição lúdica e prazerosa, a qual favoreça a possibilidade de aprender brincando.

Portanto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Infantil justifica que as práticas pedagógicas devem seguir os eixos do currículo para o Ensino Infantil:

As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira e Garantir experiências que: Promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que

possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança; Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical; Possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos; Recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas.(BRASIL- DCNEI, 2010: 25).

Em suma, pelo que se observa é que a educação infantil já prioriza um acervo de amparo legal para que seja propiciado o desenvolvimento cognitivo de forma eficiente e prazerosa. A seguir o presente estudo discute a importância dos jogos e brincadeiras, a discussão tem como foco evidenciar que tanto os jogos bem como as brincadeiras exercem uma função importante no desenvolvimento cognitivo, físico e psicológico das crianças.

2.4. O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA ATRAVÉS DE JOGOS INFANTIS.

Os jogos sempre constituíram uma forma de atividade inerente ao ser humano, conforme os autores Álvaro Cabral e Christiano Monteiro Oiticica fizeram a tradução da obra de Jean Piaget (1896-1980), denominada “A formação do Símbolo na Criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação”, nesta obra podemos de forma criteriosa observar a grande consideração enfatizada por Piaget sobre a importância do jogo na infância. Ainda para o autor é destacado que:

O jogo evolui, pelo contrário, por relaxamento do esforço adaptativo e por manutenção e exercício de atividade pelo prazer único de dominá-las e delas extrair como que um sentimento de eficácia ou de poder. A imitação e o jogo unir-se-ão, bem entendido, mas somente no nível da representação, e constituirão assim o conjunto do que poderíamos designar por adaptação inatuais, em contraste com a inteligência em ato e em trabalho.(MONTEIRO e OITICICA, 2009: 118).

De acordo com a citação as atividades com o envolvimento dos jogos passam por um período de maturação e/ou adaptação. Dessa forma, o jogo necessita passar por instruções formais e sistematizadas. A ludicidade deve partir do princípio de que qualquer ação lúdica tem o dever de sistematizá-las. Sobre essa condição OITICICA (2009), evidencia que:

Quando têm início os exercícios lúdicos? A questão põe-se a partir da primeira fase, que é a das adaptações puramente reflexas [...]. Durante a

segunda fase, pelo contrário, o jogo já parece duplicar uma parte das condutas adaptativas. Mas prolonga estas últimas de maneira tão contínua, e indistinta que não possível afirmar onde começa, exatamente, e essa questão de fronteira cria de imediato um problema que interessa a toda e qualquer interpretação dos jogos anteriores. (OITICICA, 2009:32)

Similarmente, durante a terceira fase, ou fase das reações circulares secundárias, o processo mantém-se inalterado, mas a diferenciação entre o jogo e a assimilação intelectual é um pouco mais nítida. Já na quarta fase, ou fase da coordenação dos esquemas secundários, pode-se assinalar o aparecimento de duas novidades relativas ao jogo: Os autores enfatizam que:

Em primeiro lugar, as condutas mais características deste período ou “aplicações de esquemas conhecidas às novas situações. Em segundo lugar, a mobilidade dos esquemas [...] permite a formação de verdadeiras combinações lúdicas, passando o sujeito de um esquema a outro não para explorá-los. Por último, no discurso da fase quinta, certas novidades vão assegurar, justamente, a transição entre essas condutas da sexta fase e o símbolo lúdico da sexta fase, acentuando por isso mesmo o caráter de ritualização que acabamos de apontar. (MONTEIRO e OITICICA, 2009: 121-123).

Segundo MARTIÑÁ (2005), fazer do próprio corpo uma relação de bens ou de recursos, ou seja, “um inventário, é uma forma de começar a conhecer-se como o mais próximo de si, para depois generalizar esse conhecimento para o outro e toda realidade exterior”. Neste sentido, a função sensório-motora pode ser uma etapa do desenvolvimento infantil que deve ser estimulada, a fim de possibilitar um melhor desenvolvimento físico, psicológico e cognitivo.

Igualmente, um exercício silencioso combina-se de maneira natural com o clima de descontração que em geral acontece após uma fase de aquecimento como a que descrevemos há pouco. Ainda para a autora, essa proposta consiste em cada criança ou aluno observar, mentalmente, próprio corpo para:

Distinguir partes mais rijas de partes mais macias; identificar diferenças de flexibilidade dos ombros, braços e de cada articulação do corpo; imaginar, sem se mover, as possibilidades e impossibilidades de movimentos das mãos, pés e respectivos dedos, e de outras partes do corpo. (MARTIÑÁ, 2005: 133).

De acordo com a citação pensar em jogo é uma questão também de vários segmentos de movimentos, bem como também pensar nas variantes e

condicionantes, as quais seguem tais processos. Nas teorias de Piaget supracitadas percebemos que bem cedo já começamos a pensar na prática do jogo como uma função simbólica no desenvolvimento cognitivo da criança.

Da mesma forma, a partir do estímulo precoce do jogo a criança pode pensar em seus limites, suas fronteiras, para no futuro saber com o que poderão contar, quais serão, de fato, os seus bens, aqueles que foram antecipados por meio da experiência, seus recursos cognitivos, emocionais, sociais, físicos; suas aptidões, habilidades, possibilidades. e também seus limites.

Segundo DALLABONA (S/D: 03), ressalta que “Huinziga (1951) foi um dos autores que mais se aprofundou no assunto, estudando o jogo em diferentes culturas e línguas”. Conforme a autora, “Huinziga” estudou as aplicações dos jogos na língua grega, chinês, japonês, línguas hebraicas, latim, inglês, alemão, holandês entre outras. O mesmo autor verificou a origem da palavra em português, “jogo” em francês “*jeu*”, em italiano “*giocu*”, entre outros. Partindo dessa perspectiva é que o autor elabora uma definição para o termo “jogo”. Assim, fica estabelecido que:

O jogo é uma atividade de ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e espaço, seguindo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatória, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentido de tensão, de alegria e de uma consciência de ser diferente da vida cotidiana. (DALLABONA S/D: 03).

De acordo com a citação a prática do “Jogo”, tem como prioridade os limites sobre o “tempo” e o “espaço”, ou seja, é pertinente pensar que tal aprendizado não deve partir de forma aleatória, nesse contexto de haver a organização do tempo e do espaço. Dentre vários pontos de vista SANTOS (1999) destaca o enfoque teórico ao ato de brincar, os quais se destacam:

Do ponto de vista *filosófico*, o brincar é abordado como um mecanismo para contrapor à racionalidade. A emoção deve estar junto na ação humana tanto quanto na razão. Do ponto de vista sociológico, o brincar tem sido visto como uma forma mais pura de inserção da criança na sociedade. Brincando, a criança vai assimilando crenças, costumes, regras, leis e hábitos do meio em que vive. (SANTOS, 1999, apud DALLABONA, S/D).

Ainda para a autora existem ainda três pontos. O ponto de vista **Psicológico** neste seguimento o ato de brincar está presente em todo o desenvolvimento da criança, nas diferentes formas de modificação de seu comportamento. Outro aspecto

é a **Criatividade**, tanto o ato de brincar como o ato criativo está centrados na busca do “eu”.

Dessa forma, é no brincar que se pode ser criativo, é no criar que se brinca com as imagens e signos fazendo uso do próprio potencial. No que se refere ao ponto de vista **Pedagógico**, o brincar tem-se revelado como estratégia poderosa para aprender. (DALLABONA, S/D: 04). Os jogos e as brincadeiras por mais parecidos que sejam seguem estratégias e segmentos diferenciados.

BRINCADEIRA	JOGO
<p>Vencedor – é a principal e fundamental diferença. Não como se vencer uma brincadeira [...].</p>	<p>Vencedor – O jogo busca um vencedor.</p>
<p>Formalidade – As brincadeiras nem sempre apresenta evolução regular. Nem sempre há maneiras formais de proceder seu desenvolvimento[...].</p> <p>Regras – as brincadeiras são mais livres, podem ter regras, mas podem também não ter. As brincadeiras sem regras são individuais[...].</p> <p>Final – A brincadeira não tem final predeterminado; como já dissemos, ela prossegue enquanto tiver motivação e interesse por parte dos participantes[...].</p> <p>Ápice – as brincadeiras podem ter um ponto alto a ser atingido, mas muitas vezes não tem.</p> <p>Modificações – a brincadeira pode sofrer modificações durante seu desenrolar, de acordo com interesses do momento e com a vontade dos participantes[...].</p> <p>Consequências – as brincadeiras, por serem muito mais desvinculadas de padrões, têm consequências imprevisíveis.</p>	<p>Formalidade – todo jogo apresenta uma evolução regular; ele tem começo, meio e fim.</p> <p>Regras – O jogo sempre terá regras. Não existe jogo sem pelo menos uma regra que seja.</p> <p>Final – O jogo sempre tem seu final previsto, quer seja por pontos, por tempo, por números de repetições ou por tarefas cumpridas.</p> <p>Ápice: o jogo sempre terá um ponto alto a ser atingido, como por exemplo marcar o ponto ou cumprir uma tarefa.</p> <p>Modificações – se pretendemos fazer uma modificação em um jogo, devemos interrompê-lo, inserir a modificação como nova regra, e depois reiniciá-lo.</p> <p>Consequências – podemos tentar prever algumas consequências dos jogos.</p>

QUADRO 1: Diferença entre Brincadeira e Jogo.

Fonte: CAVALLARI e ZACHARIAS (2009: 62).

Ao trabalhar com o lúdico o professor deverá antes de levar os jogos para a sala de aula ter o cuidado de estudar preliminarmente cada jogo ou brincadeiras. O que só é possível colocando em prática jogando ou brincando. Por meio das

atividades planejadas, será possível refletir sobre seus erros e acertos, para então aplicar questões que irão auxiliar seus alunos, bem como ter a noção das dificuldades que o mesmo encontrarão.

Portanto, o trabalho com o envolvimento lúdico propicia que o professor lance questões desafiadoras, levando os alunos a pensar e conseqüentemente promovendo questionamento, resolução de problemas na maioria das vezes em grupo, o que vem a ocasionar o “despertar do cooperativismo”. Em suma, é pertinente destacar que a ludicidade deve ser uma prática que desperte prazer, e ao mesmo tempo, seja, um caminho para melhores direcionamentos na atuação didático-pedagógica de professores, bem como também de todos os profissionais, os quais atuam no Ensino Infantil, e em séries iniciais, onde a magia do brincar se transforma em diferentes caminhos para o ensino-aprendizagem nos ambientes escolares.

O terceiro capítulo fará uma abordagem analítica descritiva dos resultados da pesquisa. Neste mesmo momento, a partir dos resultados será realizada uma analogia, entre o referencial teórico do primeiro e segundo capítulo, a fim de consolidar melhor os resultados encontrados dos procedimentos da ludicidade e da prática do lúdico no Ensino Infantil, em um Centro Infantil, localizado na Zona Urbana do Município de Itaituba/PA.

3 OS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: OLHARES DOS PROFESSORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL A “MÃO COOPERADORA II”, ITAITUBA-PA.

3.1 METODOLOGIAS ADOTADAS DA PESQUISA

Os dados foram coletados por meio de questionários semiestruturados aplicados através de entrevista. Os sujeitos da pesquisa foram os professores que atuam da Educação Infantil no Centro de Educação Infantil a Mão Cooperadora II Itaituba – PA.

A abordagem do estudo é qualitativa, pois, tem a finalidade de interpretar o fenômeno em contexto. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, uma vez que foi feito o levantamento teórico sobre o tema. Como sustentação e fundamentação teórica dos principais conceitos e ideias expostas neste estudo, foram utilizadas as principais ideias e argumentações dos referidos autores: BARRETO (1994), FREIRE (1999), FRIEDMANN (1996), KISHIMOTO (1999; 2008) e LEITE (2011), dentre outros.

Os dados foram coletados por meios de questionários semiestruturados aplicados através de entrevista para doze (12) professores no período dos meses de março a abril de 2017. Na coleta de dado utilizaram-se questionários com perguntas abertas e fechadas. O referido estudo teve como uma de suas propostas esclarecer dúvidas em relação os jogos e brincadeiras na educação Infantil. O estudo está amparado na Pesquisa Explicativa que conforme (PRESTES, 30) a pesquisa explicativa, vai além do registro:

Da análise, da classificação e da interpretação dos fenômenos em estudo, procurando identificar quais são seus fatores determinantes. Seu objetivo é aprofundar o conhecimento da realidade, indo em busca da razão, do porquê, das coisas, e estando assim mais sujeita a erros. (PRESTES, 2012: 30)

Este aspecto é interessante, pois no decorrer da pesquisa foram encontradas algumas dificuldades principalmente na coleta de dados quando foi preciso adquirir informações dos professores. Houve demora na entrega dos questionários, mas ao

estuda-los foi possível perceber que os professores e demais profissionais se propõe a realizarem um bom trabalho com as crianças do Centro em questão.

Outra questão interessante utilizado como metodologia de estudo, foi a observação dos recursos humanos e materiais da escola. Percebeu-se que os profissionais traçam perspectivas diferenciadas para mediar o ensino-aprendizagem com valorização às práticas lúdicas.

No que se referem à Proposta Política Pedagógica da Escola, as crianças também são instruídas ao estudo devocional, ou seja, é mediada a instrução religiosa, essa questão é percebida como ponto de vista favorável aos professores e família, como questões que valorizam os ensinamentos de valores.

3.2 CARACTERIZAÇÕES DA ESCOLA

A História da Mão Cooperadora em nossa região inicia no ano de 1978 quando Pr. ERICH GAYEWSKI, presidente do KINDERHILFSWERK e Pr. EDGAR HENKE chegam ao município de Itaituba, a convite do Pr. Orestes Greiner e sua esposa Pr.^a Marlene Greiner, para conhecerem o trabalho e verem um terreno, o qual neste mesmo ano é doado à entidade pela prefeitura. O terreno é localizado a 11^a rua bairro Bela Vista, onde hoje funciona a Escola A Mão Cooperadora.

Em 1980, ano que é implantado o primeiro trabalho da A Mão Cooperadora no Município, o CENTRO DO MENOR INTEGRADO A COMUNIDADE – CEMIC, localizado à 11^a rua bairro Bela Vista, com capacidade para atender 120 crianças. No ano de 1982, este semi-internato é transferido para o 2^o prédio que fora construído com capacidade para 150 crianças, localizado à Rua Riomar Tapajós V. Lages (23^a) do Bairro Bom Remédio, onde no ano de 2007 funcionou atendendo 278 crianças e adolescentes, com acompanhamento educacional e social.

Em 1982, é criada a Escola de Ensino Fundamental A Mão Cooperadora com o objetivo de suprir a carência de vagas para as crianças já atendidas no semi-internato, desta forma possibilitou a entidade um trabalho intensivo às crianças atendidas. A escola ocupou o prédio onde funcionava o 1^o semi-internato.

No ano de 2007 foram atendidas 281 crianças e adolescentes na faixa etária de 02 a 14 anos de idade. As crianças e adolescentes receberam um atendimento que visa o desenvolvimento sócio educativo através do ensino infantil e atividades de ensino complementar para os alunos de 1^a a 8^a série, o programa é desenvolvido

através de atividades recreativas (com ampla área de diversão, quadra esportiva, brincadeiras pedagógicas), alimentação (são três refeições por dia, café da manhã, almoço e lanche da tarde).

Foram oferecidos cursos profissionalizantes de pintura em tecido, biscuit, manicure, pedicure, bordado, hidráulica, marcenaria e informática aos alunos do ginásio. Como também atendimento médico, exames laboratoriais, odontológico e pequenos curativos. Tudo para que as crianças pudessem ter oportunidades de inserção social, exercendo sua cidadania com maior dignidade e como sujeitos de direitos, construir sua própria história.

Para as mães da creche foi ofertado curso de corte e costura, manicure, biscuit e panificação. Toda as quintas-feiras realizava-se programação com o clube de pais na Igreja de Deus, pois acreditamos que a presença das famílias na escola é de suma importância, pois há necessidade de os pais educarem seus filhos.

E isso exige exemplo, doação, determinação, envolvimento, compromisso, e perseverança. E os valores que são internalizados, acompanharão a pessoa por toda vida. Pois vivemos numa sociedade que valoriza demasiadamente o ter, o exterior, as coisas, as famílias precisam aprender a valorizar e a cultivar o ser, o interior, os valores. Somente assim teremos famílias mais felizes e uma sociedade mais saudável.

Em janeiro de 2007 assume a coordenação desse trabalho Solange Santos Laurindo e a Coordenação Pedagógica: Eliane Carvalho Vidal Dias. Além de muitos amigos que sempre estão juntos doando, seu tempo, talento e disposição. Para atender suas finalidades a entidade Obras sociais Educacionais cria o Projeto “Bem-te-vi”, um centro socioeducativo de apoio à Criança e Adolescente no contra turno da escola. Os projetos socioeducativos realizados no contra turno a da escola nasceram de organizações comunitárias, de organizações não-governamentais que entenderam a importância de um contra turno, de ações complementares a crianças e adolescentes marcados pela pobreza e pela vulnerabilidade social.

Atualmente atende com um quantitativo de 551 alunos na faixa etária de 03 a 05 anos, 26 professores, 02 merendeiras, 06 auxiliares de serviços gerais, 03 vigias e uma equipe administrativa assim distribuída: DIRETORA: Hercília Maria de Sousa VICE-DIRETORA: Clenecy Nunes Sagama Carvechi SECRETÁRIA ESCOLAR: Ana Maria Pereira de Oliveira Totalizando: 41 FUNCIONÁRIOS

3.3 RESULTADOS DA PESQUISA

Foram entrevistados 12 professores com idade entre 25 a 36 anos, todos são do sexo feminino, sendo que dez (10), possui formação a nível de graduação e duas (02) professoras tem especialização na área. Os docentes entrevistados atuam na instituição a mais de 06 (seis) anos. Observe no gráfico a seguir o percentual de tempo de serviço na educação. Veja a seguir:

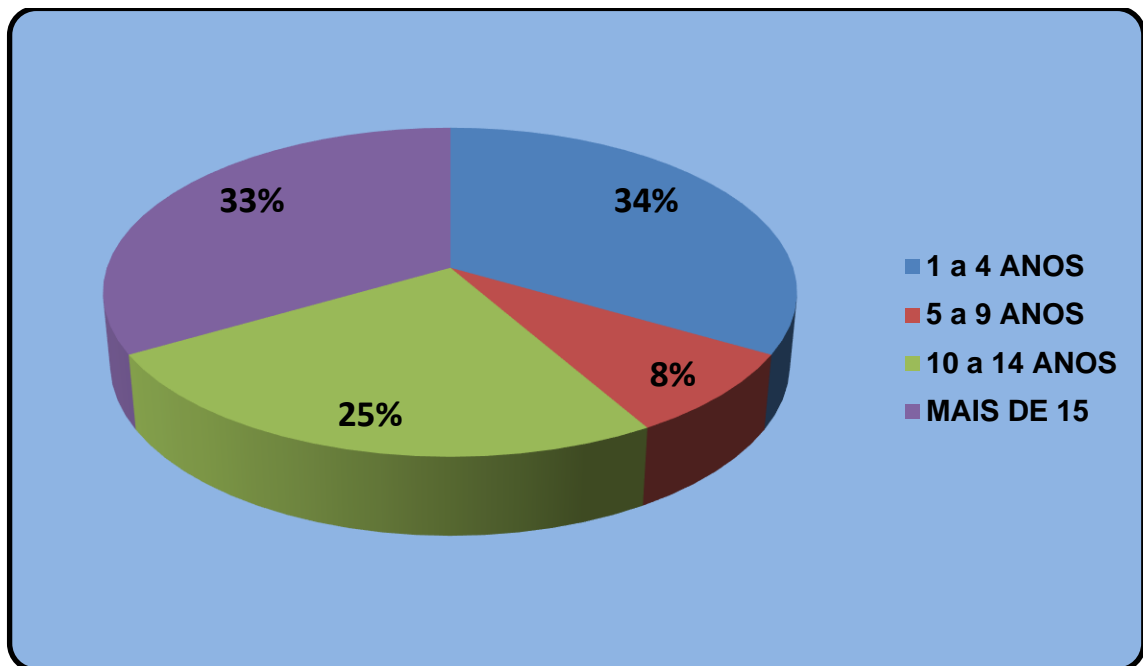


Gráfico 1:Tempo de Serviço na Educação.

Fonte: Professores do Centro de Educação Infantil A Mão Cooperadora II (2017).

O Gráfico acima demonstra o percentual do tempo de atuação dos profissionais no Centro Infantil, os percentuais são importante pois é possível evidenciar que a permanência do professor no Centro, é importante pois possibilita que profissionais criem vínculos de permanência e atuação na Educação Infantil. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, é possível destacar que:

Do ponto de vista legal, a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade (Lei nº 9.394/96, art.29). (DCNEB, 2013: 83).

A citação direciona-se para as discussões do primeiro capítulo desse estudo, onde realizou-se principais discussões, as quais demonstram o amparo legal, bem como também a pertinência de uma efetiva atuação do profissional na área. Dessa forma, fica evidente que a formação do profissional para atuar com crianças é essencial. Não se pode dispensar a função docente como ferramenta capaz estimular o ensino-aprendizagem de forma significativa para a formação emancipatória das crianças.

Sequencialmente foi perguntado. **Você considera a escola em que atua como um espaço que favorece a prática do lúdico?**

Entrev.	Relato dos Professores
P1	Sim, pois temos espaço e suporte para realizar um excelente trabalho.
P2	Sim, pois os educadores priorizam as atividades que envolvem o lúdico.
P3	Sim.
P4	Sim.
P5	Sim.
P6	Sim, temos uma área livre e um gramado e uma quadra coberta da igreja.
P7	Com certeza, o professor tem autonomia para desenvolver um bom trabalho.
P8	Sim, temos espaço suficiente para a realização das atividades lúdicas.
P9	Sim.
P10	Sim.
P11	De certa forma sim, pois temos habilidades para planejarmos nossas aulas e incluirmos as atividades que achamos necessárias.
P12	Sim, pois todas as atividades pedagógicas, desenvolvemos de maneira lúdica para facilitar a aprendizagem.

Quadro 1: A Escola e a prática do lúdico.

Fonte: Professores do Centro de Educação Infantil A Mão Cooperadora II (2017).

O Quadro acima demonstra que todos os profissionais desenvolvem um bom trabalho e podem contar com o apoio da gestão da escola para desenvolver a ludicidade no Centro Infantil. Observa-se, as respostas das docentes P6, P7 e P8, quando é aludido a ajuda da escola para o favorecimento de atividades lúdicas. Nesse sentido é possível também traçar uma discussão sobre o currículo e algumas questões pertinentes, as quais devem ser pensadas para desenvolver um bom trabalho. A autora utiliza a ideia de Kramer para evidenciar que:

Kramer, para responder à questão “o que é proposta pedagógica e currículo em educação infantil?”, opta por uma análise que ultrapassa o enfoque apenas escolar ou administrativo que tem marcado as propostas educacionais. Afirma que não estabelece diferença conceitual entre proposta pedagógica e currículo, compreendendo currículo ou alternativa curricular de forma ampla, flexível, que é, via de regra, a maneira como se tem concebido uma proposta pedagógica. (MANSUR, 2011: 231).

Ainda para a autora todos os profissionais exercem fundamental importância na elaboração das ideias e críticas das propostas pedagógicas. Neste sentido a proposta sempre se mostrará sempre preocupada em analisar as transformações sociais e respeitar prioritariamente o contexto sociocultural dos educandos.

A fim de melhor compreender outra questão foi levanta: **Em sua opinião, neste Centro Infantil, todos os profissionais desenvolvem práticas lúdicas?**

Observe a seguir:

Entrev.	Relato dos Professores
P1	Sim, através da musicalização, dramatização das histórias para melhor aprendizagem dos mesmos.
P2	Sim, pois os mesmos trabalham com a ludicidade.
P3	Sim, pois a criança precisa de algo concreto para melhor fixação da aprendizagem.
P4	Sim.
P5	Sim.
P6	Acredito que sim uns com mais praticidade outros com menos.
P7	Procuo desenvolver meu trabalho de forma bem prazerosa e significativa.
P8	Sim, há comprometimento da parte dos educadores em relação às atividades pedagógicas.
P9	Sim, cada professor procura desenvolver a melhor forma de fazer interação entre os alunos.
P10	Sim.
P11	Sim.
P12	Não.

Quadro 2: O Centro Infantil e o desenvolvimento das práticas lúdicas.

Fonte: Professores do Centro de Educação Infantil A Mão Cooperadora II (2017).

Conforme o Quadro 2, a maioria dos entrevistados responderam que o Centro Infantil desenvolve atividades lúdicas, porém de forma diferenciada. Pelo que foi possível observar além das respostas serem diversificadas as educadoras propiciam o envolvimento do lúdico. Observa-se que foram destacadas diferentes metodologias e a musicalização é um recurso eficiente segundo relato das professoras. Outra questão que se pode destacar é o fato dos professores diversificarem as respostas que inovam as atividades lúdicas no dia a dia da sala de aula. FREIRE (2011) focaliza que:

A autora Adriane Freire, evidencia que “O papel do adulto que interage com a criança no cotidiano do espaço da educação infantil é fundamental para garantir essa almejada qualidade de atendimento.” Dessa forma, a proposta pedagógica deve ser pautada na concepção que exige de certa forma uma intenção planejada para que escola possa superar os desafios que na maioria das vezes os Centros Infantis precisam superar, como por exemplo, o desenvolvimento da ludicidade no ensino infantil. (FREIRE: 2011: 79).

Segundo a citação o papel do mediador no Ensino Infantil é importante para justificar a qualidade no ensino. Assim, a proposta do docente deve ser restrita principalmente quando esta se refere ao planejamento. Sabe-se, que o planejamento é ponto de partida para que o professor realize uma boa mediação.

Outra questão se dá em refletir as práticas que envolvem a ludicidade, ou seja, é necessário objetivar o que será mediado, pois o ato do brincar não pode ocorrer de forma aleatória. Dando sequência foi perguntado: **Em sua opinião, neste centro infantil, as práticas lúdicas acontecem de forma organizada e planejada?**

Entrev.	Relato dos Professores
P1	Sim, são planejadas por planos de aula, mais antes deixo dependendo do conteúdo são pesquisados da melhor maneira para o aprendizado das crianças.
P2	Com certeza, pois sempre são planejadas as atividades que são lúdicas.
P3	Sim, a maioria das atividades são colocadas no roteiro que é feito semanalmente.
P4	Sim.
P5	Sim.
P6	Sim, pois o planejamento em qualquer atividade se faz necessário.
P7	Procuro sempre desenvolver meu trabalho seguindo um planejamento e buscando alcançar os objetivos propostos.
P8	Sim, há um planejamento das atividades que irão ser desenvolvidas. Semanalmente é feito um cronograma das atividades que serão desenvolvidas.
P9	Sim, sempre há um planejamento para cada atividade desenvolvida.
P10	Sim.
P11	Não.
P12	Sim.

Quadro 3: Organização e Planejamento das atividades lúdicas.

Fonte: Professores do Centro de Educação Infantil A Mão Cooperadora II (2017).

Conforme o Quadro 3, a maioria das entrevistas relataram que as práticas lúdicas acontecem de forma planejadas e organizadas. Observe as respostas das professoras (P1, P6 e P8), onde as mesmas evidenciam que o Planejamento é essencial para haja a mediação de atividades lúdicas. Nesse sentido, planejar é dá oportunidade de inovar e ao mesmo tempo promover interdisciplinaridade não somente de disciplinas, mas, sobretudo, trocas diferentes experiências com os profissionais, crianças sobre diferentes situações de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, as diferenças encontradas nos ambientes sociais das crianças como o familiar, o escolar, ambientes extraescolares etc. de cada uma delas promovem aprendizagens diversas que passam a ativar processos de desenvolvimento de aprendizagem. É nesse aspecto que formação do professor é elemento essencial, a fim traçar caminhos para resultados favoráveis a mediação ensino-aprendizagem no Ensino Infantil. A autora sublinha que:

Acredito que a formação do educador, em geral, esteja intrinsecamente relacionada com a formação do cidadão, seja ele criança, adulto ou jovem. Portanto, almejar uma educação de qualidade para as crianças, que contribua para a formação de sua cidadania (sujeitos críticos, criativos, autônomos, responsáveis, cooperativos, participantes) é estar permanentemente voltado para a formação das educadoras que com elas interagem, (FREIRE: 2011: 79).

A citação destaca a pertinência da formação para contribuição da formação plena das crianças, bem como também a eficiência no desenvolvimento físico, cognitivo e sociocultural das crianças. O educador deve prioritariamente buscar caminhos para o favorecimento e mediações com o envolvimento da ludicidade, assim, a criança terá prazer em estar nos ambientes escolares. Ao continuar a entrevista perguntou-se: **Como você considera o desempenho das crianças quando são desenvolvidas as práticas pedagógicas, as quais promovem o lúdico?**

Entrev.	Relato dos Professores
P1	Bastante participativa pois os mesmos gostam de aproveitar a criatividade.
P2	Muito proveitoso pois os mesmos tem mais facilidade quando são aplicadas o lúdico nas atividades.
P3	Elas compreendem melhor o assunto em pauta.
P4	Através do lúdico a criança obterá melhor desempenho em seu aprendizado.
P5	Acredito que o lúdico traz bons resultados para um melhor desempenho das crianças.
P6	De fácil entendimento e uma melhor assimilação, afinal aprender brincando é bem mais divertido.
P7	É possível perceber que a atividade é bem mais prazerosa.
P8	Considero importante por que é uma maneira de aprender brincando.
P9	A assimilação do conteúdo trabalhado é bem mais eficaz.
P10	O desenvolvimento das crianças é bem mais eficaz, pois o lúdico contribui nos processos de maturação social.
P11	Bem melhor do que quando fica só método tradicional.
P12	O ensino-aprendizagem tem mais êxito.

Quadro 4: Como você considera o desempenho das crianças em relação as práticas pedagógicas.

Fonte: Professores do Centro de Educação Infantil A Mão Cooperadora II (2017).

O Quadro 4, demonstra que as professoras destacam a prática do lúdico como recurso didático-pedagógico que favorece um estímulo diferenciado a aprendizagem das crianças, porém é possível salientar que as habilidades cognitivas da criança precisam ser estimuladas, a partir de um contexto inovador e diferenciado. Veja alguma das questões colocadas pelas professoras entrevistadas P4 e P5, que destacam o desempenho acadêmico das crianças, a partir das atividades lúdicas. Dessa forma, diferentes situações são evidenciadas pelas docentes, como: a compreensão, criatividade, aprendizado, entre outras questões. Para as docentes

tais condicionantes estimulam o prazer ao ensino-aprendizagem não somente do educando, mas também do educador.

Outra questão interessante para pensarmos se dá percepção de que a criança na maioria das vezes ainda não compreende os motivos pelos quais a mesma precisa está na escola. E a ludicidade é uma maneira prazerosa de se aprender brincando.

Assim como Vygotsky, acreditamos que a interação entre indivíduos é fundamental no processo de construção. Por isso, os grupos da recreação infantil têm voz e vez. É procurando ouvi-los e entende-los que construímos nossa ação. Como professores, temos intenções e objetivos definidos, porém, nossas ações e propostas vinculam-se, de modo direto, com o que captamos e interpretamos como interesse das crianças. (SANTOS; LEONOR, 2011: 206)

Sabe-se, que a vida social é um processo dinâmico, e cada sujeito age de forma diferenciada, o agir de forma diferenciada promove interação entre mundo cultural e mundo subjetivo. Dando continuidade foi levantada a seguinte questão: **O educador acredita que através da ludicidade o educando pode ter melhor aprendizado?**

Entrev.	Relato dos Professores
P1	Com Certeza.
P2	Sim, pois o lúdico desperta na criança o desejo de aprender.
P3	Com certeza.
P4	Sim, pois o educando pode aprender melhor.
P5	Sim, com certeza pois a criança aprende brincando.
P6	Com certeza é uma realidade que vivenciam diariamente.
P7	Com certeza. Já dizia Paulo Freire: “sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino”.
P8	Sem, dúvida a prática do lúdico nas escolas é muito importante.
P9	Sim, é através do lúdico que as crianças mostram suas habilidades.
P10	Sim.
P11	Sim, pois sempre que o lúdico está envolvido eles aprendem com mais facilidade.
P12	Sim, pois é brincando que se aprende.

Quadro 5: A ludicidade e a mediação de aprendizagem.

Fonte: Professores do Centro de Educação Infantil A Mão Cooperadora II (2017).

De acordo com o Quadro 5, todos optaram em responder que o lúdico favorece promoção de aprendizagem. O repensar diferentes modos do brincar e ao mesmo tempo ensinar conhecimento sistematizado, nos traz a possibilidade de refletir os modelos atuais das formas como algumas brincadeiras deixam de existir, explicando, as brincadeiras que envolvem cantigas de rodas e as diferentes interações quando se exige a capacidade de estimular o brincar em grupos

coletivos. No momento da entrevista realizada para as professoras foi perceptível a pertinência dada a condição ao estímulo de brincadeiras, as quais possam favorecer as dinâmicas que envolvem um grupo maior de crianças interagindo.

Essa questão importante para perceber que todos os profissionais valorizam a ludicidade, a partir da mediação de aprendizagem. KRIEGER (2008) sublinha que:

A brincadeira permite a construção de novas possibilidades de ação e formas inéditas de arranjar os elementos do ambiente. Os objetos manipulados na brincadeira, especialmente, são usados de modo simbólico, como um substituto para os outros, por intermédio de gestos imitativos reprodutores de posturas, expressões e verbalizações que ocorrem no ambiente da criança. (KRIEGER, 2008: 114).

Enfatiza-se, que os jogos, as brincadeiras de roda, entrem outras brincadeiras necessitam organização do tempo e do espaço, ou seja, é preciso estabelecer ambientes adequados para que a crianças aos poucos possa estabelecer o processo simbólico entre os diferentes objetos a serem manipulados.

A fim de melhor compreender perguntou-se: **O educador tem apoio do Centro Infantil ao desenvolver as disciplinas por meio do lúdico?**

Entrev.	Relato dos Professores
P1	Sim, a escola sempre está disponível para que o professor tenha sucesso.
P2	Sim, a escola sempre está dando suporte quando é necessário.
P3	A escola apoia na medida do possível.
P4	Sim.
P5	Sim, temos o apoio total da escola.
P6	Sim, pois o mesmo disponibiliza o que se tem.
P7	Sim, a proposta curricular da escola dá total autonomia.
P8	Sim, por meio do incentivo e quando necessário disponibiliza materiais.
P9	Sim.
P10	Sim, pois ela disponibiliza materiais.
P11	Algumas vezes sim.
P12	Sim, tanto por incentivos quanto por recursos didáticos.

Quadro 6: O apoio do Centro e o desenvolvimento do lúdico.

Fonte: Professores do Centro de Educação Infantil A Mão Cooperadora II (2017).

Segundo o Quadro 6, as professoras foram inqueridas sobre no que se refere ao apoio oferecido pelo Centro Infantil para o desenvolvimento das práticas lúdicas. Ressalta-se, que a P11 respondeu que: **“Algumas vezes sim”**, porém das professoras responderam que **“Sim”**. Nesse sentido para que seja encontrado melhores resultados entre a mediação do ensino-aprendizagem e a prática do lúdico é pertinente que todos os profissionais do Centro acreditem na proposta.

Assim, o professor terá êxito, e ao mesmo tempo, a ludicidade passará a ser um aspecto onde todos podem pensar em questões, as quais possam buscar propostas inovadoras, a fim de que as crianças tenham melhores resultados entre as interações no ato do “brincar” com promoções ao desenvolvimento físico e estímulo de aprendizagem.

Para entender se existem certos critérios de avaliação das práticas com o envolvimento da ludicidade, as professoras foram questionadas. **Como o educador avalia a prática lúdica?**

Entrev.	Relato dos Professores
P1	Excelente.
P2	Através do desempenho do educando.
P3	Extremamente positiva.
P4	O lúdico é de grande importância para o educando..
P5	Acredita-se, que o lúdico é de grande relevância.
P6	Uma prática rica que estimula a criança.
P7	O lúdico é um fator necessário.
P8	Os jogos e brincadeiras são estratégias importantes.
P9	O lúdico ajuda na aprendizagem da criança.
P10	A avaliação é dada durante todo o processo.
P11	Através da observação do desempenho de cada criança.
P12	Excelente, pois através da mesma a criança se desenvolve.

Quadro 7: A avaliação a partir da prática lúdica.

Fonte: Professores do Centro de Educação Infantil A Mão Cooperadora II (2017).

O Quadro 7, evidencia que há processos de avaliação, mas somente a professora P10 destacou que: **“A avaliação é dada durante todo o processo”**. Dessa forma, é possível sublinhar que a avaliação exerce importante papel no estabelecimento das práticas lúdicas, pois as práticas devem acontecer sobre a perspectiva do planejamento e da avaliação diagnóstica. No planejamento são delimitados principais conteúdos a ser sugeridos, a partir da interdisciplinaridade. Na avaliação diagnóstica, esses conteúdos serão analisados de forma contínua e processual. Sobre atividade organizadora e características do comportamento da criança na Educação Infantil, MALUF (2008) focaliza que:

Na segunda infância de 3 a 6 anos, as habilidades motoras simples e as complexas aumenta o comportamento é predominantemente egocêntrico. As brincadeiras são mais criativas, a imaginação torna-se mais organizadas. O cuidado sobre si mesmo, a independência e a autonomia aumentam. Os pais e pessoas mais próximas ainda são centro de existência, apesar de que outras crianças passam a ser também importantes [...]. (MALUF: 2008: 38).

Evidencia-se, que os procedimentos avaliativos seguem uma faixa/etária para cada etapa do desenvolvimento da criança. É sobre as atividades do “brincar” que a criança pode aprender a despertar sentimentos de solidariedade e compartilhamento do sentimento de cooperação e colaboração mútua. Assim, o período egocêntrico estabelecido entre 3 a 6 anos (pode ser superado) de maneira positiva.

Com a proposição de melhor compreender foi perguntado: **Como o educando pode desenvolver o aprendizado por meio do lúdico?**

Entrev.	Relato dos Professores
P1	Através da musicalização, historinhas e dramatização.
P2	Criatividade através das brincadeiras.
P3	É proposto as atividades e posterior espera-se um resultado favorável.
P4	A interação entre as crianças.
P5	Através das brincadeiras.
P6	Através de atividades concretas.
P7	Por meio das dinâmicas.
P8	A partir do momento em que a criança faz parte da construção do conhecimento.
P9	Através da música e da dança.
P10	Assimilação do que é ensino ou repassado.
P11	Esta questão depende muito do educador, pois as crianças não podem brincar sem nenhum objetivo.
P12	Na participação das atividades desenvolvidas, no interesse a partir da realização das mesmas.

Quadro 8: Como o educando desenvolve aprendizagem.

Fonte: Professores do Centro de Educação Infantil A Mão Cooperadora II (2017).

Conforme o Quadro 8, destacadas pelas professoras diferentes condições pelas quais o educando desenvolve aprendizagem sob a perspectiva do lúdico. Outra questão pertinente para análise está contida na resposta da professora (P11), quando a mesma coloca que: **“Esta questão depende muito do educador, pois as crianças não podem brincar sem nenhum objetivo”**. É nesse aspecto que toda proposta deve constar na Proposta Política Pedagógica do Centro Infantil, onde todos devem seguir o mesmo objetivo. De acordo com as diretrizes curriculares para o ensino na educação infantil, é possível considerar que:

Crianças pequenas são seres humanos portadores de todas as melhores potencialidades da espécie: 1. inteligentes, curiosas, animadas, brincalhonas, em busca de relacionamentos gratificantes, pois descobertas, entendimento, afeto, amor, brincadeira, bom humor e segurança trazem bem-estar e felicidade; 2. tagarelas, desvendando todos os sentidos e significados das múltiplas linguagens de comunicação, por onde a vida se explica; [...].(BRASIL, DCNEI, 2010, p. 14)

De acordo com a citação é nesse sentido que o currículo parte de uma ação articulada, planejada e descentralizada, a fim de que as crianças aproveitem as atividades que têm como objetivo favorecer a prática do lúdico, mas ao mesmo tempo oferecer aquisição de conhecimento sistematizado a partir de suas especificidades e faixa/etária.

Dessa forma, entende-se que a interação com o meio e com os outros indivíduos para a crianças são efetivamente importante e quanto maior a diversidade nas atividades (planejadas), bem como estimulação do mediador e facilitador mesmo à criança ainda muito pequena, mais rica será a aprendizagem e, portanto, o desenvolvimento infantil.

Dando sequência a pesquisa foi perguntada. **Qual a principal causa da ausência da ludicidade por alguns professores em sala de aula?**

Entrev.	Relato dos Professores
P1	Vai depender de cada um e seu interesse em busca de algo novo.
P2	Creio que seja por falta de recurso e interesse por parte de alguns professores.
P3	Falta de disposição e interesse.
P4	Ainda existem professores que não utilizam a prática do lúdico.
P5	Falta de disposição e interesse do próprio educador..
P6	O comodismo.
P7	Depende do ponto de vista de cada professor.
P8	A falta de crédito de alguns professores em relação a ludicidade.
P9	Muitas vezes é a falta de material pedagógico.
P10	Acredito que é a falta de espaço.
P11	São várias entre elas a falta de espaço.
P12	Falta de compromisso com o aluno; de materiais (recursos didático); falta de apoio da direção (não é esse o nosso caso).

Quadro 9: A causa da ausência da ludicidade em sala de aula.

Fonte: Professores do Centro de Educação Infantil A Mão Cooperadora II (2017).

Segundo o Quadro 9, existem algumas condições, as quais implicam na prática do Lúdico. Dessa maneira, a falta de recursos, espaços, a falta de disposição dos professores, a falta de crédito em relação a ludicidade, entre outros. São referenciais que afetam de forma direta, com a intervenção e atuação pedagógica nos trabalhos mediados com o lúdico.

Considera-se imprescindível a participação do adulto como mediador neste processo, compreendemos a função do professor na instituição de educação infantil, que é a de oferecer e apresentar situações diversificadas, a fim de promover um desenvolvimento integral da criança, tanto no sentido físico como psicológico e

cognitivo. Para que tal condição ocorra é necessário que todos os profissionais busquem estratégias favoráveis à mediação.

Ao continuar o estudo as professoras foram questionadas. **Os pais acreditam no aprendizado dos filhos nas escolas através da ludicidade?**

Entrev.	Relato dos Professores
P1	Sim.
P2	Algumas sim, e outras não.
P3	Isto é um processo gradativo porque muitos pais não acreditam que as crianças podem aprender, a partir do lúdico, ou seja, brincando.
P4	Os pais não tem conhecimento desse método de ensino, esse fato atrapalha nosso trabalho.
P5	Acredito que sim, aqui fazemos trabalho diferenciado.
P6	Alguns pais aceitam e outros não
P7	Tudo depende forma que você expõe a proposta de trabalho.
P8	Nem todos, as vezes os pais não compreendem o verdadeiro valor da aprendizagem com jogos.
P9	Mais ou menos, alguns pais ainda não têm essa visão de que a criança também aprende brincando.
P10	Creio que sim.
P11	Não, pois a maioria critica essa prática talvez por falta de conhecimento.
P12	Sim!

Quadro 10: A compreensão dos pais sobre a mediação ensino-aprendizagem e o envolvimento da ludicidade.

Fonte: Professores do Centro de Educação Infantil A Mão Cooperadora II (2017).

Observa-se no Quadro 10, principais implicações no que se refere a compreensão dos pais no que diz respeito as práticas pedagógicas das professoras com o envolvimento do lúdico no dia a dia da sala de aula, bem como também nas atividades diferenciadas e promovidas para motivar as crianças a aprender brincando.

A partir da análise acerca do planejamento de atividades e organização da rotina das crianças na educação infantil, percebe-se, portanto um trabalho que deve ser pensado e preparado intencionalmente, de modo que impulse o desenvolvimento das crianças menores no sentido de apropriação de comportamentos tipicamente humanos, assim como a internalização de valores e costumes culturais que perpassam a vida em sociedade.

Para finalizar o estudo foi perguntado. **Qual a sua opinião em relação ao interesse dos alunos com a ludicidade presente nas aulas?**

Entrev.	Relato dos Professores
P1	Bastante rico e significativo, eles sempre participam por ser algo que chama suas atenções.
P2	As crianças se desenvolvem mais rápido através das atividades com ludicidades.
P3	As crianças têm maior interesse e conseguimos chamar atenção das mesmas.
P4	As crianças gostam quando as aulas envolvem brincadeiras.
P5	Os alunos demonstram interesse.
P6	A alegria das crianças para aprender.
P7	É tudo recebido com bastante entusiasmo e aceitabilidade.
P8	Acredito que a importância do lúdico é fundamental, pois é preciso criar, inovar e principalmente acreditar que é possível aprender dessa forma divertida.
P9	Eles participam e se divertem bastante, principalmente em culminâncias.
P10	A ludicidade prende a atenção dos alunos, eles ficam encantados.
P11	Eles ficam bem mais atentos.
P12	Ótimo! Pois as crianças amam vivenciar coisas diferentes, principalmente quando relacionamos os assunto ao seu dia a dia.

Quadro 11: O interesse dos alunos com a ludicidade presente nas aulas.

Fonte: Professores do Centro de Educação Infantil A Mão Cooperadora II (2017).

O Quadro 11, enfatiza os pontos positivos da mediação educativa através do lúdico. Deste modo, a organização da rotina faz-se importante, uma vez que ela cria e estabelece condições que favoreçam a promoção do desenvolvimento infantil, contribuindo efetivamente para a organização do espaço e tempo pelo professor e também pela criança, na qual esta estimula sua capacidade de organização temporal a partir da sensação de estabilidade. Ressalta-se, uma das principais percepções das professoras destacadas nessas respostas, observe a seguir: As respostas das P5, P6 e P8 expostas no quadro, pois as mesmas sublinham o prazer demonstrado pelas crianças quando ocorre as mediações sobre as perspectivas lúdicas.

Neste sentido, é fundamental, como previsto em lei, que além do cuidado com formações na área do Ensino Infantil, o professor e os Centros Infantis devem criar condições para educação da criança, no sentido de promover o desenvolvimento integral (físico, psicológico, comportamental, sentimental) e não somente cognitivo. Dessa forma, é necessário dispensar as práticas tradicionais conteudista que não valorizam as especificidades do “aprender” nas primeiras fases da infância..

Em síntese, todo educador tem a ampla responsabilidade na renovação e/ou inovação das práticas, pois ele, na medida do possível deve possibilitar principais articulações, com a proposição de favorecer melhores condições para a permanência de práticas e atividades que possibilite formação emancipatória na promoção da cidadania. Nesse sentido, o conhecimento docente, o qual parte da

experiência do dia a dia da sala de aula deve ser utilizada como caminho para diversificar o envolvimento do lúdico, ao atuar com crianças detentoras de saberes e especificidades coletivas e individuais.

3.4 PROPOSTAS

As práticas lúdicas do ponto de vista do que foi debatido neste TCC, ainda são novas, esta questão é perceptível quando analisamos a trajetória educacional no Ensino Infantil. Os métodos tradicionais, por muito tempo foram utilizados como forma de estimular o ensino-aprendizagem dos educandos em todos os níveis de ensino.

A pesquisa evidenciou as dificuldades enfrentadas pelos professores, no que refere a utilização das práticas lúdicas, como estímulo de aprendizagem para as crianças que estão com suas matrículas devidamente efetivadas no Centro Infantil. Por outro lado, percebeu-se a necessidade de uma proposta capaz de favorecer a compreensão da família e o reconhecimento de recursos dinâmicos e lúdicos, os quais possibilitam na criança a aprendizagem significativa.

Diante de tal questão é possível pensar em algumas propostas, as quais poderão minimizar, ou até mesmo, sanar as dificuldades encontradas por professores que atuam no Centro Infantil. A primeira proposição se encontra na possibilidade de “formação continuada para os professores”, a mesma poderá contar com a participação da família.

A segunda sugestão se encontra na proposta de elaboração de “Oficinas Pedagógicas” com diferentes estratégias, exemplificando: estímulo de aprendizagem musical, teatro, incentivo a leitura, confecção de recursos didáticos-pedagógicos, entre outros. Essas oficinas poderão contar com o envolvimento da família, assim, os mesmos poderão compreender que as atividades diferenciadas dinamizam o ensino-aprendizagem das crianças.

A terceira e última ideia, se encontra na possibilidade de traçar todas essas proposições, a partir de ações realizadas e inseridas no “Projeto Político Pedagógico” do Centro Infantil. Dessa forma, todos teriam envolvimento de forma direta e indireta nas práticas que promovem a ludicidade. A família precisa vivenciar e fazer parte do dia a dia das atividades, bem como também das propostas que objetivam melhorias na aprendizagem de seus filhos.

Ressalta-se, que os processos de mudanças para promover qualidade no ensino-aprendizagem, na maioria das vezes acontecem de forma lenta, porém a família necessita ter a compreensão que a mesma é um agente importante na promoção de tais mudanças. A parceria Família e Escola é a união perfeita para novas dimensões e possíveis estímulos na qualidade do ensino das crianças devidamente matriculadas no Centro Infantil. Em síntese, é dever da escola, mas sobretudo da família a garantia do direito à formação emancipatória e autônoma das crianças.

CONCLUSÃO

Este trabalho de conclusão de curso abordou algumas questões reflexivas sobre a prática do lúdico no Centro Infantil “A Mão Cooperadora”, localizada na zona urbana do município de Itaituba/PA. Trata-se, de discussões, as quais buscaram compreender a atuação do profissional no dia a dia da sala de aula, e a utilização didático-metodológica, com o envolvimento da ludicidade. Atualmente, é pertinente afirmar que as práticas educativas no Ensino Infantil, devem estar voltadas sempre para mudanças e inovações em prol do desenvolvimento físico, afetivo e cógico dos discentes.

A partir dessa compreensão nota-se o quanto é valioso que o gestor esteja se atualizando e aperfeiçoando suas ideias de atuação na escola, buscando sempre realizar um trabalho voltado para o todo, estando aberto a sugestões e tendo como meta principal, o sucesso com sua equipe escolar. Desta forma, todos conseguirão exercer seu papel de forma gratificante, onde com certeza acarretará em bons resultados no quesito ensino e aprendizagem das crianças.

Sob esse viés analisou-se a relação do gestor (a) e professores e as principais dificuldades encontradas pelos professores para mediar o ensino-aprendizagem com o envolvimento de atividades lúdicas. A primeira dificuldade é a falta de formação na área e a outra se encontra na falta de entendimento da família sobre as novas perspectivas das práticas didático-pedagógicas com a utilização de recursos metodológicos que privilegiam o ato do brincar como estímulo à aprendizagem.

Diante dessa realidade, foi possível traçar algumas sugestões que traz como possibilidades minimizar as principais dificuldades e desafios enfrentados pelos docentes no Centro Infantil. Nessa abordagem, ao aplicar o questionário para os entrevistados, percebeu-se que os profissionais mesmo sem apoio possibilitam algumas atividades percebidas pelos mesmos como metodologia lúdica.

Neste sentido é necessário que haja ações interventivas a partir de vários segmentos da comunidade escolar, como por exemplo: pais, professores, família e funcionários. Todavia é preciso avaliação constante dos projetos pedagógicos, bem como também acompanhamentos dos recursos financeiros, exemplificando, do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE.

Outra questão a ser destacada seria a elaboração do currículo com bases na realidade local, pois a gestão democrática implica um processo de participação coletiva. Assim, para que seja realmente implementada a gestão democrática e participativa no Centro de Ensino Infantil, é possível enfatizar as seguintes reflexões: a autonomia da escola através do PPP, a participação da família e dos profissionais na tomada de decisões, parceria com Conselho Escolar, família, recursos metodológicos, entre outros.

Por fim, este trabalho deixa explícito que se faz necessário a articulação descentralizadora de responsabilidade da Gestora, para que haja melhores articulações ao favorecimento do lúdico na mediação do ensino-aprendizagem das crianças. Em síntese, o estudo não se encerra aqui, muitas pesquisas ainda deverão surgir para evidenciar de que forma os docentes estão mediando a partir de práticas lúdicas a sistematização do conhecimento aplicado às crianças nos Centros Infantis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Ângela M. Rabelo F. e OLIVEIRA, Stela Maris Lago (1994). **Anais do I Simpósio Nacional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/DPE/Coedi.

BRASIL, Constituição (1988) **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília Senado, 1988.

_____. Ministério da Educação e do Desporto Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília MEC/SEF, 1998.

_____. **Lei nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006**. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.

_____. **Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394. de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

_____. Ministério da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/ Secretaria de Educação Básica- Brasília: MEC, SEB, 2010**.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol. 1.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Lei de Diretrizes e da Educação Nacional Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: MEC/SEF, 1996.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Brasília, 2013.

_____, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. P. 39

_____, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. IN; 1. **EDUCAÇÃO BRASIL**, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Educação Infantil: a creche, um bom começo**. Em aberto/INEP. V, 18 n. 73. Brasília, 2001.

_____, TIZUKO Morchida. **Política de formação para a educação infantil: pedagogia e normal superior**. Educação e sociedade, V. 20, m. 68, Campinas, dez. 1999.

_____. **A ludicidade na educação: uma atitude pedagógica.** 2ª Ed. Ver., atual. E ampl. – Curitiba: Ibpex, 2011- (Série Dimensões da Educação)

_____. **PROINFANTIL:** coleção modulo I. unidade 4 livro de estudo – vol.2. Karina Rizek Lopes Roseane Pereira Mendes(org.) Vitória Líbia Barreto de Faria, Brasília 2006. Disponível em: <[http:// portal. Mec. Gov.br.](http://portal.Mec.Gov.br)> Acesso em 27 de março 2017.

_____, MIEIB. **Consulta sobre a qualidade de educação infantil:** o que pensam e o que querem os sujeitos deste direito. São Paulo: Cortez, 2006. Acesso em: 22/10/2016.

CABRAL, Álvaro; OITICICA, Christiano Monteiro. Trad. **A Formação do Símbolo na Criança:** imitação, jogo e sonho, imagem e representação. 3ª Ed. RJ: LTC, 2009.

CARVALHO, Maria Campos de; RUBIANO, Márcia R. Bonagamba. **Organização dos Espaços em Instituições Pré-Escolares.** In: OLIVEIRA, Zilma Morais. (org.) **Educação Infantil: Muitos olhares.** 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CAVALLARI, Vinícius Ricardo; ZACHARIAS, Vany. **Trabalhando com Recreação.** 11 ed. São Paulo: Ícone, 2009.

DALLABONA, Sandra Regina. MENDES, Sueli Maria Schimit. **O lúdico na Educação Infantil:** jogar, brincar, uma forma de educar. Instituto Catarinense de Pós-Graduação, IGPG. V.04-16. Artigo Científico. Disponível em: <www.possuniasselvi.com.br> Acesso em: 21/10/2016.

DIDONET, Vidal. **Um Município para as crianças.** São Paulo; Ricargraf Gráfica e Editora LTDA, 2009.

DRAGO, Rogério **Inclusão na Educação Infantil** /Rogério Drago- Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

FELIPE, J. **Aspectos gerais do desenvolvimento infantil.** IN: CRAIDY, C. M. Convivendo com crianças de 0 a 6 anos. Porto Alegre. Mediação, 1998. P. 7-17

FERNÁNDEZ, A. **O Saber em jogo:** a psicopedagogia propiciando autorias de pensamento. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

FRABBONI, Franco. A Escola Infantil entre a cultura da Infância e a Ciência Pedagógica e Didática. In: ZABALZA, Miguel A. Qualidade em Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FREIRE, Adriani. Formação de Educadores em Serviço: construindo sujeitos, produzindo. In: **Infância e Educação Infantil.** Sonia Kramer; Maria Isabel Leite, Maria Fernandes Nunes, Daniela Guimarães. (Org.). Campinas, SP: Papirus, 1999.

FREIRE, João Batista. **Educação de Corpo inteiro: teoria e prática da educação física.** São Paulo: Scipione, 1989. p.11-14.

FRIEDMANN, A. **Brincar: crescer e aprender**. O resgate da cultura infantil. São Paulo: ed. Moderna, 1996.

GOMES, Marineide de Oliveira de. **Formação professores na Educação infantil/** Marineide de Oliveira Gomes. – 2. Ed.- São Paulo: Cortez, 2013. – (coleção docência em formação. Série educação infantil).

KISHIMOTO, T.M. (org). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 11. Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

KRAMER, Sônia. Profissionais de educação infantil: **Gestão e Formação**. 1. Ed. São Paulo: Bernardi, 2005.

KRIEGER, Maria da Graça Taffarel. **Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Infantil**. Universidade Luterana do Brasil. Curitiba, IBPEX, 2008.

KUHLMANN Junior, Moysés **Infância e educação infantil: Uma abordagem histórica/** Moysés Kuhlmann jr. - Porto Alegre: Mediação, 2010. (5. Ed atual. Ortog.)

LEITE, Yashie Ussami Ferrari. **Formação dos profissionais em educação infantil: pedagogia x normal superior**. In: Machado, Maria Lucia de A. (org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MALAGUZZI, Loris. “História, ideias e filosofia básica”. In: EDWARDS, C.; GANDINNI, L. e FORMAM G. As cem linguagens da criança: **A abordagem de Reggio Emília na educação da primeira infância**. Porto Alegre: Artmed, 1999, pp. 59-104.

MALUF, Angela Cristina Munhoz. **Atividades Lúdicas para a Educação Infantil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MANSUR, Kátia V. **Proposta Curricular: ação em equipe**. In: Sônia Kramer, Maria Isabel Leite, Maria Fernandes Nunes, Daniela Guimarães (Orgs). **Infância e Educação Infantil**. Campinas, SP: Papirus, 1999.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil**. In: Freitas, Marcos Cezar (org.) História Social da infância do Brasil. São Paulo: Cortez, 1997. P. 51-76.

MARTIÑÁ, Rolando. **O que fazer com as crianças?: educação convencional: um programa para adultos**. São Paulo: Paulinas, 2005.

NÓVOA, Antonio. **Formação de professores e profissão docente**. In: NÓVOA, Antônio (org.). Os professores e sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, Luciana da Silva Santos. Educação Infantil e Emancipação: buscando uma pedagogia na formação de crianças de 0 à 6 anos em creches e pré-escolas. In:

Educação Infantil: caminhos percorridos no cotidiano da prática docente. Carla Marina Neto das Neves Lobo (et al.).(Orgs). Niterói: Intertexto, 2005.

OLIVEIRA, ML., org. **(Im) Pertinência da educação o trabalho educativo em pesquisa.** São Paulo, ed. UNESP; São Paulo: Cultura Academica,2009.

OLIVEIRA, Zilma R. de. **Educação INFANTIL: fundamentos e métodos.** SÃO PAULO: Cortez, 2002.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Educação infantil: saberes e fazeres da formação de professores/Luciana Esmeralda Ostetto (org.).** 5ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. – (coleção Ágere)

Proposta Curricular de educação infantil do Município de Indaial/Denize Stollneier de aviz e Sueli Lúcia Remane Kriek (org.). Indaial: Prefeitura Municipal de Indaial, 2012.

RAU, Maria Cristina Trois Dorneles, **A ludicidade na educação: uma atitude pedagógica.** Curitiba, Ed. Ibpex, 2007.

ROLOFF, Eleana Margarete. **A Importância do Lúdico em Sala de Aula.** (S/D). Artigo Científico. Disponível em:< <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/>> Acesso em: 12/12/2016.

RUSSEF, Ivan. BITTAR, Mariluce. **Educação infantil: política, formação e prática docente/Ivan Russef, Mariluce Bittar (organizadores).** Campo Grande: UCDB, 2003.

SANTOS, Adriana Pereira dos; LEONOR, Maria Filomena Fernandes. Recreação/Educação Infantil: transição e frutos. In: Sônia Kramer, Maria Isabel Leite, Maria Fernandes Nunes, Daniela Guimarães (Orgs). **Infância e Educação Infantil.** Campinas, SP: Papirus, 2011.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura?** 16ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SILVA, Aida Mª Monteiro; MACEDO, Francimar Martins Teixeira; MELO, Márcia Maria de Oliveira; BARBOSA, Maria Lucia de Figueredo. **Políticas Educacionais Tecnologia e Formação do Educador:** repercussões sobre a Didática e as Práticas de Ensino. Recife: Bagaço, 2006

TEIXEIRA, Leny Rodrigues Martins. Desenvolvimento Cognitivo e Educação Infantil: espontâneo ou produzido. In: **Educação Infantil:** política, formação e prática docente. Ivan Russef, Mariluce Bittar (Organizadores). Campo Grande: UCDB, 2003.

APÊNDICE



**CENTRO DE ESTUDOS SUPERIOR DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

Este questionário tem como finalidade contribuir para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, intitulado: OS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: olhares de professores do centro de Educação Infantil A Mão Cooperadora II, Itaituba-PA.

QUESTIONÁRIO DO PROFESSOR

1. Identificação:

1.1 Nome: _____

1.2 Idade: _____

1.3 Sexo: () masculino () feminino

1.4 Formação: _____

1.5 Tempo de trabalho na instituição atual: _____

1.6 Qual é o seu tempo de serviço na educação?

[] Menos de 1 ano

[] 1 a 4 anos

[] 5 a 9 anos

[] 10 a 14 anos

[] Mais de 15 anos

2 Questões Sobre o Tema

2.1 Você considera a escola em que atua como um espaço que favorece a prática do lúdico?

2.2 Em sua opinião, neste centro infantil, todos os profissionais desenvolvem práticas lúdicas?

2.3 Em sua opinião, neste centro infantil, as práticas lúdicas acontecem de forma organizada e planejada?

2.4 Como você considera o desempenho das crianças quando são desenvolvidas as práticas pedagógicas, as quais promovem o lúdico?

2.5 O educador acredita que através da ludicidade o educando pode ter melhor aprendizado?

2.6 O educador tem apoio da escola ao desenvolver as disciplinas por meio do lúdico?

2.7 Como o educador avalia a prática lúdica?

2.8 Como o educando pode desenvolver o aprendizado por meio do lúdico?

2.9 Qual a principal causa da ausência da ludicidade por alguns professores em sala de aula?

2.10 Os pais acreditam no aprendizado dos filhos nas escolas através da ludicidade?

2.11 Qual a sua opinião em relação ao interesse dos alunos com a ludicidade presente nas aulas?

Obrigada por sua colaboração!

SOARES, Iranilde de Sousa

OS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Olhares dos professores do Centro de Educação Infantil A “Mão Cooperadora II”, Itaituba-PA./ IRANILDE DE SOUSA SOARES – Itaituba: CLPL da FAI, 2017.

77 pag.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Faculdade de Itaituba-FAI, Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Itaituba- Pará- BR-PA, 2017.

Orientador: Profº Dchemesbraene Soares da Silva, Esp.

1. OS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Olhares dos professores do Centro de Educação Infantil A “Mão Cooperadora II”, Itaituba-PA.